

1 2 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Marta Pinho Ferreira

**INTERVENÇÃO COM JOVENS EM
ACOLHIMENTO RESIDENCIAL: O PROJETO
SABER COMPREENDER**

**Relatório de Estágio do Mestrado em Educação Social,
Desenvolvimento e Dinâmicas Locais orientado pela Professora
Doutora Maria Filomena Ribeiro Fonseca Gaspar e apresentado à
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade
de Coimbra.**

Julho de 2023

Agradecimentos

Cinco anos dos mais belos anos da minha vida chegam agora ao fim, foi um caminho desafiante, mas recheado de bons momentos. Ao longo deste percurso tive a sorte de ter ao meu lado pessoas muito especiais e também de me cruzar com novas pessoas, que me apoiaram e ajudaram a continuar o meu percurso e alcançar os meus objetivos.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Professora Doutora Maria Filomena Gaspar, minha orientadora na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra por ter aceite o desafio de me orientar neste caminho e também pela disponibilidade, persistência e resiliência revelada ao longo de todo o meu percurso académico. Agradeço também à Professora Doutora Maria do Rosário Pinheiro por me mostrar que eu podia chegar até aqui e por se ter sempre mostrado disponível para ajudar.

A todos os profissionais e jovens acolhidas no Centro de Acolhimento Temporário do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho, pela forma dedicada como me receberam e facilitaram a minha integração. Em especial à Dra Carla Ferreira, agradeço pela disponibilidade, ensinamentos, conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, e pela amizade, sem dúvida que foi imprescindível neste percurso.

Agradeço também à minha família, principalmente aos meus pais e avós pois foi graças a eles que consegui realizar este sonho, por tentarem sempre eliminar a palavra “desistir” do meu vocabulário e por me recordarem sempre das minhas capacidades.

Agradeço também ao André por ter sido o meu braço direito e também por todo o apoio, incentivo e paciência que teve ao longo deste percurso.

Aos meus amigos e família de praxe por me acompanharem neste percurso, pelo companheirismo, força e apoio em certos momentos difíceis e ainda, por me fazerem acreditar que era possível chegar até aqui.

Agradeço a todos os que de alguma forma me incentivaram, animaram, acreditaram e me permitiram progredir em mais uma etapa.

“Quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender.”

Paulo Freire

Resumo

O presente relatório tem como objetivo apresentar o trabalho desenvolvido no âmbito do estágio curricular do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, que decorreu no Centro de Acolhimento Temporário do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho, localizado em Oliveira de Azeméis.

O número de crianças e jovens em acolhimento residencial continua a ser um fenómeno social preocupante no mundo, sendo importante referir que Portugal é um dos países da Europa com uma das taxas mais elevadas. Neste sentido é imprescindível que a passagem destas crianças pelas casas de acolhimento seja o mais positiva possível, sendo por isso importante ter em conta as necessidades de cada criança ou jovem.

O nosso estágio curricular iniciou-se com um levantamento de necessidades a partir do qual foi concebido, implementado e avaliado o projeto “Saber Compreender” composto por seis sessões sendo estas: Sonhar+, Pensar sobre Emoções, Bem me queres ou mal me queres, #osperigosdeestaronline, Direito de expressão não te dá direito à agressão e a sessão de avaliação do projeto. Este projeto teve como público alvo as jovens inseridas no CAT. Dividiu-se em dois momentos: 1) reflexão sobre como se sentem, onde querem chegar e como pretendem lá chegar (metas, sonhos, objetivos); 2) sensibilização para três temas atuais e também identificados na análise de necessidades (violência no namoro, bullying, perigos das redes sociais). Relativamente aos resultados desta intervenção, as participantes conseguiram aprofundar conhecimentos relativamente às temáticas e desenvolver diferentes competências importante a curto e longo prazo.

Para além deste projeto participámos em outras atividades, as quais serão descritas na última parte deste relatório.

Palavras-chave: Acolhimento residencial; Centro de acolhimento temporário; Projeto socioeducativo; Projeto “Saber Compreender”.

Abstract

This report aims to present the work carried out within the scope of the curricular internship of the Master in Social Education, Development and Local Dynamics of the Faculty of Psychology and Educational Sciences of the University of Coimbra, which took place at the Temporary Shelter Center of the Family Support Center Pinto de Carvalho, located in Oliveira de Azeméis.

The number of children and young people in residential care continues to be a worrying social phenomenon in the world, and it is important to mention that Portugal is one of the countries in Europe with one of the highest rates. In this sense, it is essential that the passage of these children through the foster care homes is as positive as possible, which is why it is important to take into account the needs of each child or young person.

Our curricular internship began with a needs assessment from which the "Saber Compreender" (Knowledge Comprehension) project was designed, implemented and evaluated, consisting of six sessions: Dreaming +, Thinking about Emotions, You want me or you want me badly, #thedangersofbeingonline, Right of expression does not give you the right to aggression and the project evaluation session. This project was targeted at young women in CAT. It was divided into two moments: 1) reflection on how they feel, where they want to go and how they intend to get there (goals, dreams, objectives); 2) raising awareness of three current issues that were also identified in the needs analysis (dating violence, bullying, dangers of social networks). Concerning the results of this intervention, the participants were able to increase their knowledge on the topics and develop different skills that are important in the short and long term.

In addition to this project, we participated in other activities, which will be described in the last part of this report.

Keywords: Residential reception; Temporary reception centre; Socio-educational project; Project "Know Understanding".

Lista de siglas

CAFAP- Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental;

CASA- Caraterização Anual da Situação de Acolhimento;

CAR- Casa de Acolhimento Residencial;

CAT- Centro de Acolhimento Temporário;

CATL- Centro de Atividades de Tempos Livres;

CDC- Convenção sobre os Direitos da Criança;

CNPDP CJ- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens;

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;

ISS- Instituto de Segurança Social;

JJ- Jardim de infância;

LIJ- Lar de Infância e Juventude;

LPCJP- Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo aprovada pela Lei no. 147/99, de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pelas Leis: no. 31/2003, de 22 de agosto, no.142/2015, de 8 de setembro e no. 23/2017, de 23 de maio e pela Lei 26/2018, de 5 de julho;

Índice

<i>Agradecimentos</i>	2
<i>Resumo</i>	4
<i>Abstract</i>	5
<i>Lista de siglas</i>	6
<i>Parte I- Enquadramento Teórico</i>	12
Capítulo 1: Direitos das crianças em acolhimento residencial em Portugal	13
1.1. Os direitos das crianças	13
1.2. Crianças e jovens em perigo.....	14
1.3. O relatório Casa 2021	18
Capítulo 2: As crianças e jovens em acolhimento residencial	22
Capítulo 3: O papel do educador social no acolhimento residencial	23
<i>Parte II- Atividades de estágio</i>	26
Capítulo 4. Caracterização da instituição de estágio	27
4.1 O Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho	27
4.2 O Centro de Acolhimento Temporário	29
Capítulo 5. O projeto “Saber Compreender”	38
5.1. <i>Diagnóstico: Análise de necessidades</i>	38
5.2 <i>Caraterização dos participantes</i>	39
5.4. <i>Implementação</i>	43
5.5. <i>Avaliação</i>	51
Capítulo 6. Atividades complementares	52
6.1 Reuniões com a equipa de CAT	52
6.2 Reuniões com as jovens.....	52
6.3 Rotinas diárias.....	53
6.4 Genogramas	54
6.5 Reuniões na escola.....	55
6.6 Reunião da Equipa de Educadores Sociais das Casas de Acolhimento Residencial do Distrito de Aveiro	55
6.6 Aniversários	56
6.7 Halloween.....	56
6.8 Estendal dos direitos	56
6.9 Natal e festa de Natal	57

6.10	Dia dos afetos	57
6.11	Dia da Mulher.....	58
6.12	Páscoa	58
6.13	Projeto Educação para a Saúde	59
6.14	Organização do IV Encontro Interinstitucional das Casas de Acolhimento do Distrito de Aveiro	60
	<i>Referências bibliográficas</i>	63
	<i>Anexos</i>	65
	Anexo I- Planificação do Projeto Saber Compreender.....	66
	Anexo II- Dinâmica 2 verdade e 1 mentira	76
	Anexo III- Atividade Árvore dos sonhos.....	77
	Anexo IV- Dados das Emoções.....	79
	Anexo V- Como te sentes?	82
	Anexo VI- Papel Amarrotado	84
	Anexo VII- Questionário online sobre violência no namoro	86
	Anexo VIII- Distinguir relações tóxicas e relações saudáveis	89
	Anexo IX- Questionário sobre os Perigos da Internet	92
	Anexo X- Visualização do filme Trust.....	96
	Anexo XI- Dinâmica “Consequência ou consequência?”	98
	Anexo XII- Questionário sobre Bullying/Cyberbullying.....	99
	Anexo XIII- Leque de elogios.....	100
	Anexo XIV- Questionário sobre o Projeto	101
	Anexo XV- Tweet sobre o Projeto	102
	Anexo XVI- Mapa Tarefas	103
	Anexo XVII- Genograma	104
	Anexo XVIII- Halloween	105
	Anexo XIX- Estendal dos Direitos	109
	Anexo XX- Natal e Festa de Natal	110
	Anexo XXI- Dia da Mulher	114
	Anexo XXI- Spa Dia da Mulher.....	116
	Anexo XXIII- Decoração Páscoa	118
	Anexo XIV- Sacos decorativos da Páscoa	120
	Anexo XXV- Coroa de Páscoa	122

Anexo XXVI- Decoração dos ovos da Páscoa	123
Anexo XXVII- Projeto Educação para a Saúde	126
Anexo XXVIII- IV Encontro Interinstitucional das Casas de Acolhimento	127

Introdução

O presente relatório diz respeito ao estágio curricular, inserido no plano de estudos do Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais, da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, da Universidade de Coimbra, sob orientação da Professora Doutora Maria Filomena Ribeiro da Fonseca Gaspar.

O estágio decorreu no Centro de Acolhimento Temporário (CAT), integrado no Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho, localizado em Oliveira de Azeméis, e teve como orientadora local a Dra. Carla Ferreira, Educadora Social desta valência.

O presente relatório encontra-se dividido em duas partes sendo que a primeira parte diz respeito à Fundamentação Teórica e é composta por três capítulos.

O Capítulo 1: Direitos das crianças e Acolhimento Residencial em Portugal, subdividindo-se em quatro diferentes tópicos sendo estes: Os Direitos das Crianças; Crianças e Jovens em perigo; Acolhimento Residencial em Portugal; e o Relatório Casa 2021. Relativamente aos direitos das crianças, é dada a conhecer a definição de Criança, assim como os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais de cada criança tendo estes surgido também com a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), adotada a 20 de Novembro de 1989 pela Organização das Nações Unidas (ONU). No tópico referente às Crianças e Jovens em perigo, são abordados os conceitos de risco e de perigo, segundo a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ), e de crianças e jovens em perigo conforme a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) e, ainda, as medidas de promoção e proteção das crianças ou jovens em perigo atualmente em vigor no nosso país. Segue-se o capítulo sobre o Acolhimento Residencial em Portugal. Este capítulo tem como foco principal o acolhimento residencial, as diferentes respostas de acolhimento residencial existentes em Portugal e também os direitos e deveres das crianças institucionalizadas. Ainda dentro deste capítulo foi feita uma análise e interpretação do relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento de 2021, publicado em 2022.

O Capítulo 2 sobre as crianças e jovens no acolhimento residencial. Neste capítulo foi feita uma análise das características mais comuns das crianças e jovens que se encontram acolhidas sendo mencionados diferentes estudos realizados nesta área.

O Capítulo 3 sobre o papel do educador social no acolhimento residencial. Este é o último capítulo da primeira parte e diz respeito ao conceito de Educador Social, bem como ao papel do profissional no contexto residencial, através da clarificação das suas funções.

Relativamente à segunda parte deste relatório, esta denomina-se por Estágio Curricular e é formada por três capítulos.

O Capítulo 4, sobre a instituição de estágio, é realizada a caracterização do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho, e posteriormente a caracterização do Centro de Acolhimento Temporário.

O Capítulo 5 descreve o projeto “Saber Compreender”. Teve como foco o projeto que desenvolvemos na instituição ao longo do nosso estágio curricular, tendo como referência o modelo de elaboração de projetos sociais de Gloria Pérez Serrano (2008). Neste sentido foram descritos detalhadamente aspetos tais como: Análise de Necessidades; Planificação; Implementação; Metodologias; Avaliação; Resultados e Sustentabilidade.

O Capítulo 6, intitulado Atividades Complementares, refere-se a outras atividades planeadas e executadas ao longo do nosso estágio, tais como reuniões com equipa CAT, reuniões com as jovens, reuniões com a escola, rotinas diárias, realização de genogramas, Halloween, Estendal dos direitos, Natal e festa de Natal, Dia dos Afetos, Dia da Mulher, Páscoa, o projeto de Educação para a Saúde e o IV Encontro Interinstitucional das Casas de Acolhimento do Distrito de Aveiro.

Dá-se por concluído este relatório de estágio com a apresentação das considerações finais, com base nas reflexões relativas a todo o processo de estágio. No fim deste relatório encontram-se anexos que dizem respeito a materiais e recursos utilizados ao longo do nosso estágio.

Parte I- Enquadramento Teórico

Capítulo 1: Direitos das crianças e acolhimento residencial em Portugal

1.1. Os direitos das crianças

O conceito de infância é algo que sempre existiu, todavia, a sua definição sofreu algumas alterações ao longo dos anos. Tendo como base o Art 1.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, “(...) criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo” (Unicef, 2019, p. 8).

Em conformidade com o Art 5.º presente na Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), era considerada criança ou jovem “a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos” (Artigo 5º da Lei 147/99, de 1 de setembro). No entanto na revisão feita em maio de 2017, acrescentaram também na definição de criança “(...) a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional” (Artigo 5º da Lei 23/2017, de 23 de maio).

O reconhecimento dos direitos das crianças ocorreu em 1989, através da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), tendo sido validada um ano depois pelo estado português. A CDC assenta em quatro pilares fundamentais que estão relacionados com os direitos das mesmas, sendo eles: a não discriminação, o interesse superior da criança, a sobrevivência e o desenvolvimento e a opinião da criança.

Importa ainda ressaltar que de acordo com a CDC, foram acordadas 54 cláusulas que visam: a não discriminação da criança, independentemente da raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou da sua origem nacional, étnica, social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação (artigo 2º); o interesse superior da criança, em relativamente a todas as decisões que lhe digam respeito (artigo 3º); o direito inerente à vida (artigo 6º); direito ao nome, nacionalidade, identidade e direito a conhecer os pais e a ser educada por eles (artigo 7º, 8º e 9º); o direito a expressar livremente a sua opinião sobre as questões que lhe dizem respeito, dependendo da idade e maturidade;(artigo 12º); o direito a ter liberdade de expressão (artigo 13º); o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião (artigo 14º); o direito de ser protegida contra intromissões na sua vida privada, família, residência e correspondência, e contra todas as ofensas contra a sua honra e reputação (artigo 16º); o direito à informação apropriada (artigo 17º); o direito à educação por parte dos pais, com uma cooperação por parte do Estado (artigo 18º); a proteção da

criança contra todas as formas de violência física ou mental, abandono ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração (artigo 19º); o direito à adoção (artigo e 21º); a proteção e assistência humanitária à criança refugiada (artigo 22º); a criança com deficiência tem direito a cuidados especiais, educação e formação (artigo 23º); o direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos (artigo 24º); o direito à segurança social (artigo 26º); o direito a um nível de vida adequado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social (artigo 27º); o direito à educação e o Estado tem a obrigação de tornar o ensino primário obrigatório e gratuito, organizar diferentes sistemas de ensino secundário e tornar o ensino superior acessível a todos (artigo 28º); o direito ao repouso e aos tempos livres, como a participação em jogos e em atividades recreativas, culturais e artísticas (artigo 31º); o direito de proteção contra a exploração económica ou a sujeição a trabalhos perigosos, que coloquem em risco a sua educação, saúde e desenvolvimento (artigo 32º); proteção contra o consumo ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas (artigo 33º); direito à proteção contra todas as formas de exploração e de violência sexuais (artigo 34º); o Estado tem a obrigação de impedir o rapto, o tráfico e a venda de crianças (artigo 35º); nenhuma criança deve ser submetida a torturas, penas ou tratamentos cruéis, à prisão ou detenção ilegal (artigo 37º); o direito à recuperação e reinserção, no caso da criança vítima de qualquer forma de negligência, exploração, tortura ou sevícias (artigo 39º); e a criança suspeita, acusada ou que infringiu a lei penal, tem direito a um tratamento que favoreça a sua dignidade e valor, visando a sua reintegração na sociedade (artigo 40º).

1.2. Crianças e jovens em perigo

O acolhimento residencial apresenta-se como uma das medidas de colocação extrafamiliar, de promoção dos direitos e proteção da criança consagradas na LPCJP e trata-se da “Colocação da criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habitados, que lhe garantam os cuidados adequados” (Lei n.º 26/2018, art.º 49, alínea 1). Tendo como finalidade “contribuir para a criação de condições que garantam a adequada satisfação de necessidades físicas, psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto

sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (Lei n.º 26/2018, art.º 49, alínea 2).

O acolhimento residencial é uma medida imposta, na vida da criança, quando há uma rutura no processo de crescimento ou quando a família não corresponde às necessidades afetivas, de segurança e dignidade (Camacho, 2012). De acordo com Mota (2021) as crianças e os jovens são os atores principais, e os cuidadores os facilitadores do processo de (re)organização, na integração da perda, na (des)adaptação, no delinear do projeto de vida e na preparação para a saída. Para além dos aspetos mencionados, Mota (2021) refere ainda que o acolhimento residencial não tem que ser um congelamento da vida, mas sim um espaço de crescimento físico, social e emocional.

De acordo com o artº3 da Lei n.º 164/2019 o acolhimento residencial tem como objetivos:

- a) Satisfação adequada das suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais, educacionais e sociais;
- b) Estabelecimento de laços afetivos, seguros e estáveis, determinantes para a estruturação e desenvolvimento harmonioso da sua personalidade;
- c) Minimização do dano emocional resultante da exposição da criança ou do jovem a situações de perigo;
- d) Aquisição de competências destinadas à sua valorização pessoal, social, escolar e profissional;
- e) Condições que contribuam para a construção da sua identidade e integração da sua história de vida;
- f) Aquisição progressiva de autonomia com vista a uma plena integração social, escolar, profissional e comunitária.

Em conformidade com a Direção-Geral da Segurança Social e do Instituto de Segurança Social (2012) existiam três respostas sociais de acolhimento mais representativas: Centro de Apoio Temporário (CAT), Lar de Infância e Juventude (LIJ) e Apartamento de Autonomização (AA).

O CAT destina-se a um acolhimento temporário e urgente de crianças e jovens em perigo, durante um período igual ou inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de proteção e promoção. Esta resposta possibilita a realização de um diagnóstico de cada criança ou jovem, com o objetivo de perspetivar o projeto de vida, através da análise da inserção familiar, ou o encaminhamento para outra resposta, que melhor responda à situação

em análise. Destina-se a crianças e jovens dos diferentes sexos até aos 18 anos de idade, que estejam ao abrigo de uma medida de promoção e proteção inferior a seis meses (Carvalho, 2013).

Relativamente ao LIJ, a intervenção utilizada vai ao encontro do anterior, apenas com uma alteração no tempo de permanência, uma vez que se destina a crianças ou jovens, em situação de perigo, com uma medida de promoção e proteção superior a seis meses (Carvalho, 2013).

Por fim, os AA são uma resposta social integrada na comunidade local, destinam-se a jovens com idade superior a 15 anos, com medida de promoção e proteção promulgada e pretendem auxiliar e apoiar a transição “para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais” (Carvalho, 2013).

Na última revisão da LPCJP o art.º 50 sofreu alterações principalmente no que diz respeito às respostas sociais nas casas de acolhimento que, desde 2018, passam a organizar-se por unidades especializadas, mais concretamente: a) Casas de acolhimento para resposta em situação de emergência; b) Casas de acolhimento para resposta a problemáticas específicas e necessidades de intervenção educativa e terapêutica evidenciadas pelas crianças e jovens a acolher; c) Apartamento de autonomização para o apoio e proteção de autonomia de jovens (Lei n.º 26/2018, art.º 50).

Tal como está mencionado no Artigo n.º 58 da LPCJP e revistos pela Lei n.º 164/2019, a criança ou jovem em situação de acolhimento residencial têm vários direitos que devem ser salvaguardados, tais como:

- a) Tratamento individualizado por forma a garantir, num ambiente tranquilo e seguro, a satisfação das suas necessidades biológicas, afetivas e sociais, em função da sua idade e fase de desenvolvimento, garantindo a sua audição nos processos e decisões que o afetem;
- b) Acesso a serviços de saúde relacionados com o seu processo de desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, que lhe permitam a aquisição de atitudes e hábitos saudáveis;
- c) Igualdade de oportunidades e acesso a experiências lúdicas, recreativas e pedagógicas para o exercício da cidadania e qualificação para a vida autónoma;
- d) Respeito pela confidencialidade de todos os elementos relativos à sua vida íntima, pessoal e familiar;
- e) Consideração, de acordo com a sua idade e maturidade, das suas opiniões sobre as questões que lhe digam respeito;

- f) Contactar com o gestor de processo e com os profissionais envolvidos no seu processo de promoção e proteção, com a CPCJ, com o Ministério Público, com o tribunal e com o seu advogado, com garantia de confidencialidade, para esclarecimento de dúvidas, apresentação de reclamações e queixas ou qualquer outra forma da manifestação da sua vontade;
- g) Acesso à informação do seu processo de promoção e proteção, tendo em consideração a sua idade e capacidade de compreensão, nos termos do n.º 4 do artigo 88.º da LPCJP;
- h) Privacidade e intimidade, usufruindo, de acordo com a sua idade e maturidade, de um espaço próprio, dos seus pertences, bem como à reserva da sua correspondência, contactos telefónicos ou outros meios de comunicação, salvo o disposto em acordo de promoção e proteção ou em decisão judicial e desde que não existam indícios claros de perigo para o seu bem-estar;
- i) Permanência na mesma casa de acolhimento durante o período de execução da medida, salvo se houver decisão de transferência que melhor corresponda ao seu superior interesse;
- j) Construção do seu projeto de vida, no tempo estritamente necessário à sua definição;
- k) Acolhimento, sempre que possível, em casa de acolhimento próxima do seu contexto familiar e social de origem, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar;
- l) Não separação de outros irmãos em acolhimento familiar, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar;
- m) manutenção regular, e em condições de privacidade, de contactos pessoais com a família de origem e com as pessoas com quem tenha especial relação afetiva, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar;
- n) Continuidade em várias áreas da sua vida, como sejam contextos educativos, culturais, desportivos, bem como interesses, rotinas próprias ou gostos pessoais;
- o) Atribuição de apoios, pensões e prestações sociais a que tenha direito;
- p) Atribuição de dinheiro de bolso, de acordo com a idade;
- q) Usufruir de autonomia na condução da sua vida pessoal, de acordo com a sua idade e maturidade;
- r) Ter acesso a objetos simbólicos e a registos de vida significativos do seu tempo de permanência em acolhimento, aquando da sua saída;
- s) Participar na organização e dinâmica da casa de acolhimento.

Relativamente aos deveres da criança e do jovem em acolhimento residencial, de acordo com o artigo n.º22 da Lei n.º164/2019 a criança ou o jovem em acolhimento residencial, em função da sua idade e maturidade, tem o dever de:

- a) Cumprir, no que lhe diz respeito, o disposto no acordo de promoção e proteção ou em decisão judicial, bem como participar no respetivo plano de intervenção individual;
- b) Colaborar em todos os atos de execução da medida respeitantes à sua pessoa e condição de vida, de acordo com a sua capacidade para entender o sentido da intervenção e os compromissos a respeitar;
- c) Participar nas tarefas e atividades educativas, sociais, culturais e profissionais;
- d) Realizar as atividades escolares ou profissionais, sendo assíduo e responsável;
- e) Respeitar e cooperar com os profissionais, bem como com as outras crianças e jovens;
- f) Respeitar e cumprir as normas e rotinas da casa de acolhimento.

1.3. O relatório Casa 2021

O relatório CASA (Caraterização Anual da Situação de Acolhimento) é um documento com a descrição da situação geral do sistema de acolhimento de crianças e jovens em Portugal que visa a caraterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens em Portugal. Este relatório encontra-se dividido em cinco partes diferentes: direito à participação; a visão global do sistema; caraterização das crianças e jovens em situação de acolhimento; crianças e jovens que cessaram o acolhimento; acolhimento em tempos de COVID-19. Passamos a desenvolver cada uma dessas partes.

Direito à participação

A primeira parte do relatório CASA é relativa ao direito à participação e procura dar voz aos jovens. Neste sentido realizaram-se pela primeira vez questionários online, destinados a jovens com 12 ou mais anos de idade que se encontravam integrados no sistema de acolhimento em Portugal sendo estes anónimos e de resposta voluntária. O questionário é constituído por três campos: “quem sou” (4 itens), “onde estou” (5 itens) e “a minha vida e os meus direitos” (19 itens).

De acordo com o relatório Casa 2021 foram inquiridos 2823 jovens tendo a maior parte idades compreendidas entre os 15 e os 17(47%), nacionalidade portuguesa (89,3%), têm a sua documentação regularizada (93%) e vivem numa Casa de Acolhimento (96,3%), no mesmo distrito que a sua família de origem (68%). Importa referir que 71% dos jovens

referiram que já tinham ouvido falar dos direitos dos jovens que residem em casas de acolhimento ou em famílias de acolhimento e 77% dos jovens consideram que esses direitos são respeitados.

A visão global do sistema

Na segunda parte é feita uma síntese dos principais indicadores referentes ao ano de 2021, sendo 8583 o número total de crianças e jovens caracterizados, entre estes 6369 encontravam-se em situação de acolhimento e 2214 cessaram o acolhimento. Pode verificar-se através da informação divulgada no relatório CASA que a tipologia de acolhimento onde se encontram mais crianças e jovens continua a ser o acolhimento generalista (84,8%) apesar de ter uma percentagem mais baixa dos que os anos anteriores, em contrapartida registou-se um aumento do acolhimento especializado, dos apartamentos de autonomização e do acolhimento familiar, embora este com menos expressão.

Importa ainda mencionar que os distritos/regiões autónomas onde se encontram mais crianças e jovens acolhidos são Lisboa, Porto, Setúbal e Coimbra no entanto Évora, Portalegre, Viana do Castelo e Vila Real são os distritos com menos crianças e jovens acolhidos.

Caraterização das crianças e jovens em situação de acolhimento

A terceira parte do relatório é referente à caraterização das crianças e jovens em situação de acolhimento, sendo possível verificar que é nos LIJ que se encontram a maioria das crianças e jovens acolhidas com uma percentagem de 58,4%, seguem-se os CAT com 25,7% e as respostas onde se encontram menos crianças e jovens são as Casas Abrigo e Unidades Hospitalares/CCISM Unidades e equipas com percentagens de 0,1%. À semelhança de anos anteriores, mantém-se a prevalência de crianças e jovens do sexo masculino (52%) face ao sexo feminino (48%), no entanto houve um decréscimo do número de crianças e jovens do sexo feminino face a 2020.

No que se refere às caraterísticas particulares 25,9% apresentam problemas de comportamento, 7,3% deficiência mental clinicamente diagnosticada, 6,3% debilidade mental clinicamente diagnosticada, 4,8% problemas de saúde mental clinicamente diagnosticadas, 4,4% doença física clinicamente diagnosticada, 3,8% deficiência física clinicamente diagnosticada, 2,6% CAD- consumo esporádico de estupefacientes, 0,2% suspeita de prostituição. Acerca da escolaridade é possível verificar que 92% das crianças e

jovens em situação de acolhimento integram respostas educativas e formativas, creches ou a educação pré-escolar, valor que indica um aumento percentual muito ligeiro (91% em 2020).

No que diz respeito à situação das crianças e jovens, dentro da escolaridade obrigatória, face ao ciclo de estudos em que se situam, constata-se que 84% das crianças com idades compreendidas entre os 3 os 5 anos se encontram a frequentar educação pré-escolar, 88% das crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos encontram-se no 1º ciclo, 45% das crianças com idades compreendidas entre 10 e 11 anos frequentam o 2º ciclo, 59% dos jovens com idades compreendidas entre 12 e 14 anos frequentam o 3º ciclo mas apenas 39% dos jovens entre os 15 e os 17 anos frequentam o ensino secundário.

Relativamente às situações de perigo foram encontradas no total 14495 sendo a “negligência” a causa predominante (70%), seguem-se “outras situações de perigo” (13%), onde se enquadram a ausência temporária de suporte familiar, os comportamentos desviantes, o abandono, entre outros e com uma percentagem um pouco menos significativa, as situações de “mau trato psicológico” (11%). Com uma percentagem menos significativa surgem as situações relacionadas com o “mau trato físico” (4%) e a “violência sexual” (3%).

No que se refere à situação anterior ao acolhimento verifica-se que 38% das crianças e jovens nunca tiveram aplicada alguma medida em meio natural antes do primeiro acolhimento e 62% já tiveram uma medida em meio natural aplicada. Dentro da percentagem de crianças e jovens com medidas em meio natural aplicadas anteriormente ao acolhimento, 82,3% corresponde à medida de apoio junto dos pais, 18,8% a medida de apoio junto de outro familiar e 3,8% outras medidas tais como confiança a pessoa idónea e autonomia de vida.

Ao analisar as 6.369 crianças e jovens que se encontram em situação de acolhimento, verifica-se que 25% se encontram acolhidas há menos de um ano, com igual percentagem de 23% as crianças e jovens que se encontram há 2 e 3 anos em situação de acolhimento e também as que estão há mais de 6 anos, com 18% aquelas que se encontram há um ano acolhidas e 11% há 4/5 anos.

Crianças e Jovens que cessaram o acolhimento

A quarta parte deste relatório remete para as crianças e jovens que saíram do acolhimento, sendo um total de 2214 em 2021 o que corresponde a uma descida de 6% relativamente a 2020. Relativamente à faixa etária das crianças e jovens que cessaram o

acolhimento é possível verificar que 8% corresponde a jovens com 21 e mais anos, 35% corresponde a jovens com idades compreendidas entre os 18 e 20 anos, 19% corresponde a jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 17 anos, 8% corresponde a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos, 4% corresponde a crianças com idades compreendidas entre os 10 e 11 anos, 8% corresponde a crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos, 6% corresponde a crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 5 anos e por fim 13% corresponde a crianças até aos 3 anos de idade.

As crianças e jovens que saíram do acolhimento, no ano em estudo, maioritariamente regressaram ao meio natural de vida, realidade que abrangeu uma percentagem de 76% sendo de 51% a percentagem de prevalência de (re)integração das crianças e jovens junto dos pais/ pai/ mãe. Também é possível verificar que no ano de 2021, houve uma percentagem de 63,3% das crianças e jovens que saíram com uma medida de promoção e proteção ou outra figura jurídica aplicada e 36,9% saíram sem qualquer medida aplicada.

Relativamente aos diferentes apoios que podem ser acionados aos jovens em situação de autonomização após a sua saída do acolhimento: cresceu o apoio económico no âmbito da aplicação de medida em meio natural de vida (75%), decresceu o apoio eventual da ação social (12%), decresceu o apoio de habitação (12%), cresceu o encaminhamento para o Centro/ Serviços de emprego (formação profissional)(10%) ,cresceu o apoio psicopedagógico (9%), cresceu o apoio alimentar (5%), decresceu o apoio pelo RSI (4%).

Acolhimento em tempos de COVID-19

A quinta e última parte do relatório Casa remete para o acolhimento em tempos de COVID-19, tendo por base o relatório CASA 1.431 das crianças e jovens foram infetadas e 4833 foram vacinadas. O número de rapazes infetados foi de 722 e as raparigas de 709, e em relação à faixa etária, as crianças e jovens com idades compreendidas entre 12 aos 20 anos foram as mais atingidas (73%), destacando-se o escalão dos 15 aos 17 anos (36%).

Os dados recolhidos apontam que 80% das crianças e jovens foram afetadas negativamente pela situação pandémica, sendo a faixa etária dos 15 aos 17 que apresentou valores mais elevados contando com uma percentagem de 86%, e também que 63% das crianças e jovens acolhidos detiveram um impacto na sua saúde mental, salientando-se novamente a faixa etária dos 15 aos 17 anos com uma percentagem de 71%.

Relativamente às reações emocionais mais frequentes observadas nas crianças e jovens pode referir-se a ansiedade (60%), a irritabilidade (35%) e a tristeza (26%).

Capítulo 2: As crianças e jovens em acolhimento residencial

A caracterização das crianças e jovens em acolhimento residencial pode variar de acordo com diversos fatores tais como: idade, histórico familiar, experiências de vida, necessidades específicas e duração do acolhimento.

De acordo com a literatura (e.g., Campos, et al., 2019; Erol et al., 2010; Franz, 2004; Gearing et al. 2014; todos citados por Calejo 2019) as crianças e jovens que se encontram no sistema do acolhimento residencial vivenciam mais efeitos negativos no seu desenvolvimento comparativamente a jovens da população normativa, experienciando um maior número de eventos traumáticos e stressantes ao longo da sua vida, tendo maior probabilidade de sofrer de uma perturbação mental.

Neste sentido e tendo por base autores como Perry et al. (2006 citados por Calejo, 2019) estas crianças e jovens desenvolvem na grande maioria crenças de autoavaliação negativas, de baixa autoestima e autoeficácia, e dificuldades a nível linguístico e cognitivo, como atrasos na emergência de competências, baixo desempenho académico e níveis mais baixos de jogo simbólico, agitação, alteração da atividade cardíaca e perturbações do sono.

Para além disso, autores como McLaughlin et al. (2012), Leslie et al. (2010), todos citados por Calejo (2019), referem que são visíveis indícios de psicopatologia, problemas na regulação afetiva a nível de comportamentos de internalização, tais como depressão, ansiedade e excesso de indulgência perante a autoridade e a autoagressão, comportamentos de externalização, como a raiva, a agressão, comportamentos sexuais de risco, abuso de substâncias e delinquência.

Importa ainda referir que existem várias diferenças de género associadas à prevalência de sintomatologia psicopatológica, de acordo com Campos et al. (2018) e Rodrigues, (2015), citados por Calejo (2019), as raparigas tendem a reportar níveis mais elevados de problemas psicológicos tais como problemas de internalização, depressão, distímia, fobia social, ansiedade, isolamento, queixas sintomáticas, comparativamente aos rapazes, que tendem a apresentar mais problemas de externalização, como problemas de conduta. Relativamente à idade, Rodrigues (2015, citado por Calejo, 2019) menciona que não existe uma associação significativa entre a idade e o ajustamento psicológico.

Tendo por base um estudo realizado no Japão por Katsurada (2007) citado por Balhau (2011) em que os autores procuraram comparar quatro tipos de vinculação (segura, evitante, ambivalente e desorganizada) em crianças institucionalizadas vs. crianças criadas com os dois pais, concluiu-se que não existiam diferenças consideráveis a este nível. No entanto, verificou-se uma associação significativa, entre as crianças institucionalizadas e a existência de uma vinculação insegura.

De acordo com um estudo realizado no Brasil por Dell'Aglio e Hutz (2004, citado por Balhau, 2011) com 105 jovens em acolhimento residencial (de ambos os géneros e com idades compreendidas entre os 7 aos 15 anos) e um grupo de controlo constituído por jovens que não se encontram em acolhimento residencial foi possível concluir que existem diferenças consideráveis no que toca à sintomatologia depressiva e também no desempenho escolar (os docentes preencheram uma escala de avaliação do desempenho dos alunos), tendo-se verificado uma maior incidência de sintomatologia depressiva em jovens do género feminino que se encontram em acolhimento residencial, assim como níveis de desempenho escolar mais baixos.

Capítulo 3: O papel do educador social no acolhimento residencial

“O educador social é um profissional multifacetado, com uma formação abrangente, cuja acção, direccionada a pessoas individuais, grupos ou comunidades, e levada a cabo em múltiplas realidades, se concretiza no desenho, desenvolvimento e avaliação de acções socioeducativas com finalidades socializadoras, de promoção, participação, desenvolvimento e transformação social” (Veiga & Cardoso, 2011, p. 25).

Importa referir que segundo Serrano (citado por Veiga & Cardoso, 2011) o educador social deve possuir “formação científica e metodológica adequada que norteie o seu trabalho face a objectivos educativos concretos, designadamente a promoção do desenvolvimento da responsabilização, da autonomia e da participação crítica, construtiva e transformadora dos indivíduos, dos grupos e das comunidades, e o exercício da sua cidadania, com vista à edificação de uma sociedade inclusiva” (Veiga & Cardoso, 2011, p. 25).

O educador social deve ser capaz de identificar fatores de risco e de proteção, das crianças e das suas famílias; conceber e desenvolver intervenções de aconselhamento parental e pedagógico-educativo; acompanhar a intervenção da família; analisar o

diagnóstico, de forma a que seja possível elaborar o plano de intervenção individual; e articular com a rede de agentes sociais de proteção, como a escola ou outras equipas, equipamentos ou instituições envolvidas no processo de intervenção da criança e/ou da família (Gomes, 2010).

De acordo com Carvalho e Baptista (2004, citados por Gueifão et al.,2021) o educador social deve acreditar que todos os indivíduos podem crescer, pessoal e socialmente, mediante uma relação positiva que estabelece consigo mesmo, com os outros e com a realidade que os rodeia. Na sua prática profissional, os educadores sociais podem assumir, simultaneamente, diferentes papéis: ator social, educador e mediador.

- Atores, uma vez que, compartilham o mesmo espaço social e tempo histórico com todos os indivíduos, vivendo a complexidade da vida em sociedade enquanto protagonista de uma existência única e conscientizada, o que lhes permite a plenitude da sua condição de cidadão.
- Educadores, pois equiparam o outro com projetos de vida alternativos, de forma que consigam construir projetos autónomos e com sentido.
- Da congregação destes dois papéis diferentes surge o educador social como mediador.

Segundo Gueifão et al. (2021), este profissional tem como funções principais no contexto de acolhimento residencial: a elaboração e avaliação de programas existentes no centro; o acompanhamento no acolhimento da criança ou jovem; ajudar na elaboração de projetos de acompanhamento escolar e vocacional; a planificação e execução de projetos no âmbito das atividades de lazer e tempo livre, tendo em conta o desenvolvimento, necessidades e limitações das crianças ou jovens; a conceção de espaços adequados à intervenção interdisciplinar; a planificação e execução de projetos de desenvolvimento de competências sociais, pessoais e emocionais; acompanhar e coordenar com os profissionais de intervenção direta as atividades relativas à autonomia pessoal, nomeadamente a higiene, vestuário, alimentação, rotinas diárias, hábitos de estudo; e, desenvolver planos de autonomia pessoal no acolhimento de crianças e jovens.

Em suma, o educador social desempenha um papel-chave no acolhimento residencial, sendo responsável pelo cuidado, apoio e promoção do desenvolvimento integral das crianças e jovens acolhidos. A sua atuação é pautada pela empatia, respeito, escuta ativa

e estabelecimento de vínculos afetivos, procurando oferecer um ambiente seguro e propício para o seu crescimento e bem-estar.

Parte II- Atividades de estágio

Capítulo 4. Caraterização da instituição de estágio

4.1 O Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho

O presente relatório refere-se a um estágio que, tal como mencionado anteriormente, se realizou no Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho. Este uma Instituição Particular de Solidariedade Social, fundada a 16 de setembro 1856, por António Pinto de Carvalho e D. Rosa Pinto de Carvalho, altura em que era denominada de *Asilo da Infância Desvalida* e tinha como finalidade recolher e abrigar crianças órfãs e também peregrinos que se encontrassem doentes para que fossem cuidados e pudessem seguir viagem. O Asilo da Infância Desvalida só teve casa própria em 1912, momento em que, para além do acolhimento de órfãos menores, também dispunha de ensino primário. Mais tarde, passou a denominar-se de “Lar Pinto de Carvalho” e, mais recentemente, “Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho”. Esta é uma das casas de acolhimento mais antigas a nível nacional, no apoio à infância e juventude tendo a sua sede em Oliveira de Azeméis no distrito de Aveiro.

Esta é uma instituição que prossegue fins de Ação Social dirigida ao Acolhimento de Crianças e Jovens, estabelecendo Acordos de Cooperação com o Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Aveiro, no âmbito da Infância e Juventude, para as repostas sociais de Lar de Infância e Juventude e Centro de Acolhimento Temporário, bem como de creche e pré-escola, Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) e Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)”. Passamos a caracterizar cada uma destas respostas.

4.1.1. Creche

A creche é um estabelecimento educacional que disponibiliza apoio pedagógico e cuidados às crianças, sendo capaz de operar como organização independente, ser integrada em outros estabelecimentos educativos mais abrangentes ou atuar com empresas ou serviços (CAF Pinto de Carvalho, 2016). Este setor possui uma capacidade orientada para 73 crianças, repartidas por 6 salas, com idades compreendidas entre os 4 meses e os 2 anos (CAF Pinto de Carvalho, 2016).

4.1.2. Pré-Escola

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no seguimento da educação ao longo da vida, sendo um apoio da ação educativa por parte da família, com a qual deve articular colaboração, possibilitando a formação e o desenvolvimento regular da criança, focando-se na inclusão na comunidade como ser independente, livre e solidário (CAF Pinto de Carvalho, 2016). É frequentado por 75 crianças, distribuídas por 3 salas, com idades entre os 3 e 5 anos (CAF Pinto de Carvalho, 2016).

4.1.3. Centro de Atividades de Tempos Livres

O CATL é uma instalação onde ocorrem atividades para ocupação de tempos livres para crianças com o objetivo de dinamizar a relação entre a família, escola, comunidade e estabelecimento, sendo remetido a crianças que frequentam escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, com disponibilidade para 50 crianças (CAF Pinto de Carvalho, 2016).

4.1.4. Lar de Infância e Juventude

Os LIJ, como definido no artigo 3º do Capítulo I da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, visam o acolhimento de crianças e/ou jovens em perigo, com o objetivo de afastá-las do perigo em que se encontram, garantindo o seu cuidado numa entidade que disponha de instalações e de equipa técnica adequada à satisfação das necessidades das crianças e/ou jovens em acolhimento, dispensando-lhes condições que assegurem o seu bem-estar e desenvolvimento integral. Acolhe 30 jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, do género feminino (CAF Pinto de Carvalho, 2016).

4.1.5. Centro de Acolhimento Temporário

O CAT existe com o objetivo de responder às necessidades das crianças e/ou jovens em situação de risco, sendo responsável por assegurar o acolhimento instantâneo ou temporário de crianças em situações de emergência que, prejudiquem a sua integridade física e psicológica, num ambiente o mais idêntico possível do familiar. Tem capacidade de acolher 30 jovens, do género feminino, dos 12 aos 18 anos (CAF Pinto de Carvalho, 2016).

4.1.6. Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

O CAFAP é um serviço habilitado para o apoio direcionado para as famílias com crianças e jovens em situação de risco e/ou perigo até aos 18 anos, no sistema de promoção e proteção, direcionado para a prevenção e apoio de situações de risco psicossocial. Desta forma, determina um Acordo de Cooperação que prevê este apoio a 36 famílias, nas suas modalidades de intervenção, a Preservação Familiar e a Reunificação Familiar (CAF Pinto de Carvalho, 2016).

4.2 O Centro de Acolhimento Temporário

O CAT é uma resposta social do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho, Instituição Particular de Solidariedade Social, sob a forma de associação, e rege-se pelo estabelecimento de Acordo de Cooperação que se deu a 4 de dezembro de 2013, com o Instituto da Segurança Social, I.P., Centro Distrital de Aveiro (CAF Pinto de Carvalho, 2020).

Esta resposta social tem, em conformidade com o acordo de cooperação estabelecido, capacidade para acolher 30 jovens de sexo feminino com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, de âmbito preferencialmente concelhio e distrital.

Importa referir que os objetivos específicos de CAT são:

- Assegurar o alojamento temporário;
- Proporcionar e garantir às crianças/jovens a satisfação de todas as necessidades básica em condições de vida tão aproximada quando possível às de uma estrutura familiar, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual, social e à sua inserção plena na sociedade;
- Assegurar os meios necessários, para a integração das crianças/jovens, em resposta de ensino ou formação profissional adequada ao seu perfil de necessidades, em cooperação com a rede escolar e formativa existente na comunidade;
- Garantir a realização de um diagnóstico tempo útil, e definir um Projeto de Vida, após acurado processo de avaliação, estabelecendo um plano de intervenção individualizada e adequada às necessidades de cada criança/jovem;

- Promover sempre que possível, a integração das crianças/jovens na família e na comunidade de origem, ou outro contexto, em articulação com as entidades da comunidade e em parceria com as entidades responsáveis pelo acompanhamento e execução da medida de promoção e proteção, tendo em vista a saída segura do meio residencial;
- Proporcionar por todos os meios possíveis e disponíveis, a valorização pessoal, social, escolar, e profissional de cada criança e jovem;
- Promover a integração das crianças e jovens em atividades de ocupação dos seus tempos livres, de acordo com os seus interesses e potencialidades;
- Proporcionar acompanhamento médico e psicológico a todas as crianças/jovens que dele necessitem;
- Manter uma estreita articulação com todos os equipamentos ou serviços envolvidos na concretização do projeto de vida da criança/jovem para que este se desenvolva de forma harmoniosa (CAF Pinto de Carvalho, 2020).

A resposta de CAT localiza-se na ala norte do 2º e 3º piso do edifício e é composta pelos espaços necessários ao desenvolvimento e quotidiano da resposta social, e constituem-se por áreas funcionais específicas, que obedecem à funcionalidade, conforto e privacidade, nas zonas de intimidade, nomeadamente os espaços íntimos tal como os quartos (CAF Pinto de Carvalho, 2020). Assim, esta resposta social é composta pelos seguintes espaços/divisões:

- Quartos triplos/duplos/individuais;
- Casas de banho (com chuveiros e sanitários individuais);
- Sala de convívio;
- Sala de estudo;
- Espaço de Copa;
- Espaço de farmácia;
- Cozinha (comum a outras respostas sociais);
- Sala de refeições (comum a outras respostas sociais);
- Gabinete da Direção Técnica (comum à resposta social de LIJ);
- Gabinete da Equipa Técnica;
- Gabinete da Equipa Educativa;
- Espaço Terapêutico (comum à resposta de LIJ);

- Unidade de Treino de Competências, composta por uma lavandaria e uma cozinha;

Os recursos humanos desta resposta social são constituídos pela Diretora de Serviços, Diretora Técnica, Equipa Técnica, Equipa Educativa, Equipa de Apoio e sempre que se justifique recorre-se a serviços existentes na comunidade, designadamente na área da saúde e do direito. A equipa técnica é composta pela Diretora Técnica a 50% (comum com a resposta de LIJ), Técnica Superior de Serviço Social a 100%, Técnica Superior de Educação Social a 100% e pela Técnica Superior de Psicologia também a 100%. A Equipa Educativa é composta por 9 elementos, com a categoria de ajudantes de ação direta, todas com afetação a 100%.

4.1.7.1. Processo de Acolhimento no CAT

Passamos a descrever as diferentes fases do processo de acolhimento no CAT.

1ª. Admissão

O processo de acolhimento no CAT inicia-se com a fase de admissão e obedece às condições necessárias à salvaguarda das situações de perigo, definidas pelo art.º 3º do Capítulo I da LPCJP. Os pedidos de admissão são geridos pelo Núcleo de Infância e Juventude do ISS de Aveiro que possui a gestão centralizada das vagas, e posteriormente são dirigidos à Diretora Técnica, estando o parecer da decisão em conformidade com o Regulamento Interno, ouvida a equipa técnica, com o conhecimento da Direção.

As entidades que podem solicitar o acolhimento são: Tribunais; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Centros Distritais do ISS; Equipas de Acolhimento de Emergência- Linha 144.

Importa ainda referir que nos pedidos de admissão deve constar: Identificação completa da criança ou jovem (nome, data de nascimento, filiação, escolaridade); Situação de perigo que determinou a aplicação da medida de acolhimento residencial; Avaliação do plano de intervenção individual definido e realizado em meio natural de vida ou em outras eventuais e prévias intervenções; Necessidades específicas da criança ou do jovem no que respeita à continuidade das suas rotinas e atividades, apoios, e contactos com pessoas de referência; Intervenção e recursos necessários à execução da medida de acolhimento residencial; Situação Jurídica; Acordo de promoção e proteção, eventuais processos cíveis ou tutelares educativos; Informação clínica.

Segue-se a preparação da Equipa Técnica e Educativa para o acolhimento e posteriormente a preparação do grupo de jovens.

Ainda nesta fase é feita a abertura do Processo Individual onde constam todas as informações da jovem, assim como todos os documentos referentes ao trabalho desenvolvido em vários contextos. A organização do processo individual conta com os seguintes elementos:

- Nome da casa;
- Identificação da resposta social;
- Nome da jovem;
- Data de acolhimento;
- N° de processo;
- 1. Acolhimento;
- 2. Articulação com o exterior;
- 3. Avaliação Diagnóstica;
- 4. Plano de Intervenção Individual;
- 5. Visitas e saídas;
- 6. Registos de ocorrências;
- 7. Atividades Lúdico-Pedagógicas;
- 8. Saúde;
- 9. Escola;
- 10. Acompanhamento Psicológico;
- 11. Mealheiro e prestações sociais;
- 12. Dinâmicas de grupo;
- 13. Pré-Autonomia;
- 14. Outros.

2ª. Acolhimento

O acolhimento da jovem é feito pela Diretora Técnica, por um elemento da Equipa Técnica (preferencialmente a técnica de Serviço Social) e também uma das coordenadoras da Equipa Educativa no espaço de acolhimento e visitas.

Após o primeiro momento do acolhimento a coordenadora da Equipa Educativa sobe à residência com a jovem, onde lhe é apresentada a Equipa Educativa presente no turno, a

Equipa Técnica, os diferentes espaços e compartimentos da residência, e as jovens presentes. É também neste momento que se preenche o registo de chegada, assim como a lista de contactos e a lista de pertences que vai sendo atualizada ao longo do acolhimento. Deve ser previsto um tempo de diálogo com a jovem de forma a esclarecer todas as suas dúvidas e medos (motivos de institucionalização, separação das figuras de referência, afastamento da sua comunidade de origem, preocupações quanto ao futuro), bem como o levantamento de necessidades (problemas de saúde física e psicológica). Importa referir que os objetos de valor como fios de ouro, e/ou outros, serão identificados, verificados, protegidos e salvaguardados no gabinete da Equipa Técnica.

No dia do acolhimento ou nas 24 horas seguintes deve atualizar-se a Lista de Jovens quer para a equipa, aos serviços administrativos para efeitos de seguro, assim como se informa da chegada da jovem à entidade decisora da medida e ISS de Aveiro.

3ª. Avaliação Diagnóstica

Durante esta fase de Avaliação Diagnóstica é feita uma recolha de informações mais pormenorizada acerca da sua história pessoal, bem como da sua família, devendo ser iniciada logo após o acolhimento e tendo um prazo máximo de um mês. Neste momento é feita também uma avaliação a vários níveis tais como:

- *Avaliação do Estado de Saúde*- Deve inscrever-se a jovem no Centro de saúde e marcar uma primeira consulta para a avaliação global do seu estado de saúde, sendo que posteriormente pode ser encaminhada para diferentes especialidades;
- *Avaliação em Contexto Institucional*- Deve avaliar-se o comportamento e capacidade de adaptação e integração na nova casa;
- *Avaliação em Contexto Escolar*- Deve ser efetuada uma pesquisa do percurso escolar anterior e também uma avaliação periódica da integração da jovem na escola;
- *Avaliação em Contexto Familiar*- Deve reunir-se as informações necessárias junto das famílias para que, posteriormente se desenhe um plano de intervenção capaz de melhorar a relação familiar;
- *Avaliação Psicológica*- Permite traçar uma intervenção mais específica e adequada à jovem. Tem como base a realização de determinados testes psicológicos previamente definidos (prazo de dois meses);

- *Avaliação dos Objetivos*- Estabelecer objetivos, ou seja, devem imaginar uma situação ou o estado final em que essas determinadas necessidades são cobertas (em conjunto com a equipa técnica).

4ª. PII- Plano de Intervenção Individual

O Plano de Intervenção Individual (PII) definido pelo Decreto-Lei n.º 164/2019, anteriormente conhecido como Plano Socioeducativo Individual (PSEI), constitui a base para a intervenção com as crianças e jovens em acolhimento. No presente documento são clarificados os objetivos a atingir de acordo com as necessidades, potencialidades e vulnerabilidades previamente identificadas no diagnóstico do projeto de promoção e proteção em diversas áreas, tais como: desenvolvimento individual; saúde; educação, bem-estar; socialização e intervenção comunitária. Segue-se a definição das estratégias de atuação necessárias, as ações/projetos a desenvolver, os programas de intervenção, os recursos humanos, materiais e financeiros, as entidades a envolver, a calendarização detalhada das diferentes fases e termina com a avaliação da intervenção desenvolvida. O Plano de Intervenção Individual é elaborado pela Equipa Técnica contando com a participação da jovem e da família de origem, salvo, quando existe uma decisão judicial em contrário.

Assim sendo após a elaboração e aprovação do PII, deve fazer-se a monitorização no máximo semestralmente, sendo neste momento emitido um relatório sobre o ponto de situação de cada projeto. No final do período estipulado deve fazer-se a avaliação de forma a encerrar os projetos, avaliar os objetivos específicos, propor alterações/novos desafios e emitir um relatório detalhado. Após estes momentos deve aplicar-se uma avaliação e traçar-se um novo PII.

5ª. Projetos de vida

De acordo com Gomes (2010) o projeto de vida é encarado como o resultado da intervenção realizada com a criança ou jovem e também com a sua família, suportada por um plano de intervenção a ser desenvolvido durante um período definido, com base num diagnóstico da situação pessoal e familiar. O projeto de vida pode ir ao encontro a cinco situações possíveis: reintegração familiar (nuclear ou alargada), adoção, apadrinhamento civil, autonomia de vida e acolhimento permanente. Assim sendo, em função do tempo útil da criança, é explorada, inicialmente a hipótese de reintegração familiar, seja família nuclear

ou família alargada. Importa referir que para se pensar nesta possibilidade é acreditar na mudança, na transformação na vida destas famílias, na capacitação, na responsabilização e no direito que os pais têm de poder atingir as mudanças necessárias para conseguirem atingir as condições básicas para educar, dar proteção e afeto que todas crianças e jovens necessitam (Gomes, 2010).

Em termos gerais, um projeto de vida deve ter como objetivos:

- Conhecer a criança/jovem, sua história e enquadramento familiar (diagnóstico);
- Identificar os problemas que afetam o bem-estar, o desenvolvimento integral da criança/ jovem, e que se constituem como obstáculos à verificação dos seus direitos (diagnóstico);
- Identificar as potencialidades da criança/jovem que contribuem para uma resolução dos problemas (diagnóstico);
- Conhecer as aspirações e expetativas das crianças e jovens (diagnóstico);
- Apoiar a criança/jovem no processo de tomada de consciência sobre si própria/o (plano);
- Guiar a criança/jovem no seu processo de desenvolvimento pessoal e social (plano);
- Criar as condições para a sua autonomia e mais fácil inserção social (plano);
- Elencar estratégias através das quais se irão atingir os objetivos propostos, criando um compromisso entre as partes para o trabalho a ser desenvolvido (plano);
- Avaliar o sucesso ou a necessidade de adaptação do projeto de vida à medida que este venha a ser posto em prática (CESIS, 2021).

6ª. Saída do CAT/Cessação da medida de Acolhimento Residencial

O acolhimento da criança ou jovem cessa quando a entidade que aplica a medida altera ou cessa a medida de acolhimento residencial aplicada, quando a criança/jovem atinge a maioridade ou, nos casos previstos e enquadrados na lei, em que tenha solicitado a continuação da medida para além da maioridade, podendo esta manter-se até aos 25 anos de idade, enquanto durem processos educativos ou de formação profissional e a jovem acolhida tenha solicitado a sua manutenção.

Importa referir que a saída da criança ou jovem do acolhimento, é devidamente preparada pela equipa técnica da casa de acolhimento, em articulação com o gestor do

processo, podendo envolver a participação da criança ou jovem e da sua família de origem caso o projeto de vida trabalhado seja reunificação familiar.

No momento da saída é concebido e assinado pelas partes uma relação, onde constam os documentos, contas bancárias, bens pecuniários e não pecuniários e os seus pertences, e após a cessação da medida, a equipa técnica do CAT mantém-se disponível para apoiar a criança ou o jovem, se assim se revelar necessário em conformidade com o previsto na lei.

Sempre que a equipa tomar conhecimento que a criança ou jovem após a cessação da medida se encontra em perigo ou com alguma perturbação na vida deve comunicar à CPCJ ou ao tribunal onde ocorreu o respetivo processo de promoção e proteção.

4.2 Caraterização das jovens em acolhimento residencial

De acordo com o Plano Anual de Atividades da Casa de Acolhimento residencial (CAR), referente ao ano de 2022, as jovens continuam a ser acolhidas com uma média de 16/17 anos, mantendo-se como sendo um constrangimento, dado implicar comportamentos cada vez mais cristalizados, e tendo a equipa um intervalo de tempo muito reduzido para uma intervenção sustentada e que proporcione oportunidade de mudança.

Como afirmado no mesmo plano (CAF Pinto de Carvalho, 2022) a grande maioria das jovens que chegam a esta instituição carregam percursos de vida marcados pelo sofrimento, por vastas perdas, abandono, morte, modelos de relação inconsistente, e por relações afetivas pouco ou nada adaptativas. Estas jovens muitas das vezes foram sujeitas a mudanças no seu agregado familiar, residência, escola, comunidade e grupos de pares. Estas jovens encontram-se em famílias multidesafiadas sendo comum situações como o divórcio e as dificuldades de relação, excesso de conflitos, historiais de alcoolismo, maus tratos físicos e psicológicos, abuso sexual, toxicodependência, violência familiar, problemas de saúde, precariedade e privação socioeconómica e cultural, monoparentalidade, um dos pais já faleceu, está ausente ou em paradeiro desconhecido.

Importa referir que é comum, tal como afirmado no Plano (CAF Pinto de Carvalho, 2022) estas jovens em situação de acolhimento descreverem-se maioritariamente como infelizes, insatisfeitas, e por vezes com pensamentos suicidas ou de autoagressão. Os problemas escolares são também uma constante na maioria das jovens acolhidas, tendo havido privação ou precariedade da educação/estimulação, com períodos mais ou menos longos de absentismo escolar e abandono escolar.

Neste sentido, pode considerar-se que os padrões de comportamento mais comuns nestas jovens acolhidas são (CAF Pinto de Carvalho, 2022):

- Baixa tolerância à frustração, pela expressa necessidade de gratificação imediata e na desresponsabilização face às consequências dos atos praticados;
- Baixo sentido de responsabilidade, com expressão ao nível escolar e social;
- Relações interpessoais inadequadas, ou pouco investidas;
- Condutas desviantes, aumentando sentimentos ansiosos, agressivos e depressivos;
- Baixa autoestima e autoimagem desvalorizada;
- Controlo pobre dos impulsos, traduzido em condutas de agressividade destrutiva e comportamentos sexuais promíscuos;
- Ansiedade elevada;
- Instabilidade emocional;
- Baixa motivação e sentido de autoeficácia reduzido.

De acordo com o mesmo Plano (CAR, 2022) a dificuldade em aceitarem a medida de acolhimento, assim como a sua história, leva frequentemente as jovens, a funcionar num registo muito ligado ao concreto, operacional, em que o sofrimento é frequentemente dirigido para comportamentos desadequados. Em algumas jovens a desorganização da conduta, persistentemente ofensiva, tanto de pessoas como da propriedade, a ausência de sentimentos de pertença ou de outras referências espaço – temporais, e comportamentos sexuais impróprios, são características. Deste modo, os problemas de comportamento chegam a comprometer o sucesso da própria medida de acolhimento, interagindo negativamente com outras dimensões da vida das jovens. A sua resolução oportuna evita que se estabeleçam definitivamente sob forma persistente ou difusa. Assim, problemáticas não são tanto os sentimentos negativos da jovem, em si mesmos, mas a forma como estes se expressam, e que em termos sociais se revelam disfuncionais e mal adaptativos.

Capítulo 5. O projeto “Saber Compreender”

5.1. Diagnóstico: Análise de necessidades

De acordo com Serrano (2008), entende-se por necessidade “uma discrepância entre a situação existente e a situação desejada, ou seja, a distância entre o que é e o que deveria ser” (2008, p.31). É neste sentido que surge o nosso projeto de intervenção o qual intitulamos de “Saber Compreender”, tendo este como objetivo ir de encontro às necessidades encontradas ao longo do nosso estágio curricular.

No início do nosso estágio tivemos a possibilidade de conhecer melhor a instituição, a temática do acolhimento residencial e toda a dinâmica do CAT através da leitura do regulamento interno, da legislação, dos documentos emitidos pela Segurança Social, relatório de atividades, entre outros documentos fundamentais para uma melhor percepção da realidade do acolhimento residencial.

Para além da leitura de documentos foram imprescindíveis as conversas com a orientadora local e as restantes técnicas para percebermos melhor o funcionamento da CAT, o papel de cada profissional no CAT e as rotinas das jovens. Posteriormente procedemos à leitura dos Dossiês Individuais de Caso (DIC) para conhecermos melhor as jovens, a sua história familiar, e os diferentes motivos que as levaram a estar no CAT.

Após fazer a leitura de todos os documentos começamos a conviver com as jovens, conhecê-las melhor e também dar-nos a conhecer para que se sentissem à vontade para falar connosco e com a nossa presença, uma vez que, eramos pessoas de fora e iríamos estar na sua casa. É neste seguimento que denotamos uma enorme facilidade por parte das jovens em normalizar comportamentos incorretos e socialmente desadequados e percebemos a necessidade de criar um projeto capaz de aprofundar diferentes temáticas importantes de forma a prevenir determinadas situações menos positivas nas suas vidas tais como o Bullying, a violência no namoro e os diferentes perigos das redes sociais.

Consideramos que o Bullying deveria de ser um dos temas a abordar por existirem algumas jovens que não conseguiam distinguir o que era efetivamente Bullying ou não, e também por desvalorizarem o impacto que as suas palavras e ações poderiam ter no outro. A escolha da temática Violência no namoro esteve diretamente ligada com a dificuldade que sentimos por parte das jovens em diferenciar uma relação saudável de uma relação não saudável acabando por consentir ações mais controladoras por parte do outro. Relativamente à necessidade de abordar a temática dos perigos das redes sociais, esta surge após

verificarmos que as jovens desconheciam as consequências de colocar fotografias privadas nas redes sociais e por considerarem normal deixar as suas redes sociais abertas em computadores públicos desconhecendo as consequências menos positivas que poderiam surgir.

Assim sendo, o nosso projeto dividiu-se em dois momentos diferentes: primeiramente foram realizadas atividades/dinâmicas que tinham como principal foco conhecer melhor as jovens, a sua visão do futuro e como se sentem no meio em que se encontram atualmente inseridas. De seguida realizaram-se sessões sobre temas pertinentes e significativos para as jovens, de forma a consciencializar e sensibilizar para diferentes temáticas atuais nos dias de hoje (cf. Anexo I).

5.2 Caraterização dos participantes

O projeto Saber Compreender iniciou-se com 17 jovens. Ao longo da sua concretização, o número de jovens presentes em cada uma das sessões foi variando em função do número de jovens que entraram e cessaram a medida de acolhimento residencial e também do número de jovens que se encontravam na CAR no momento em que se realizavam as diferentes sessões.

Neste projeto participaram no total 20 jovens do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 13 e 18 anos. No total participou uma jovem com 13 anos, quatro jovens com 14 anos, quatro jovens com 15 anos, três jovens com 16 anos, seis jovens com 17 anos e duas com 18 anos.

De uma forma geral, as problemáticas que estiveram na origem da aplicação de medida de promoção e proteção de Acolhimento Residencial foram as descritas abaixo:

- Uma reentrada em meio residencial, por ausência de competências parentais e exposição a comportamentos de risco;
- Aplicação de procedimento de urgência por suspeita de violência doméstica, por parte do progenitor, ainda em fase de investigação;
- Ausência de competências parentais, absentismo e subsequente abandono escolar;
- Vítima de maus tratos e negligência, situação de sem-abrigo, ausência de prestação de cuidados de saúde;
- Procedimento de urgência, vítima de negligência e ausência de cuidados básicos, insalubridade ao nível da habitação, absentismo escolar;
- Procedimento de urgência, vítima de abuso sexual intrafamiliar;

- Ausência ao nível dos cuidados básico por parte da Tutora Legal, jovem em situação em situação de orfandade;
- Jovem em situação de abandono escolar, ausência de competências parentais, agregado familiar complexo com historial de toxicodependência;
- Ausência de competências parentais;
- Ausência de competências parentais;
- Suspeita de Abuso intrafamiliar;
- Vítima de maus tratos físicos e psicológicos, suspeita de abuso intrafamiliar;
- Ausência de competências parentais, jovem entregue a si própria;
- Jovem solicitou apoio na aplicação de medida de promoção e proteção por ausência de competências parentais e suspeita de abuso psicológico;
- Ausência de competências parentais;
- Isolamento social, abandono escolar;
- Comportamento desviante;
- Ausência de suporte familiar, por motivo de doença prolongada da avó;
- Vítima de abuso sexual, comportamento desviante e absentismo escolar;
- Suspeita de mau trato por parte da progenitora e comportamento desviante.

5.3. O projeto

5.3.1. Planificação

A planificação requer “saber onde estou ou qual o ponto de partida, com que recursos posso contar e que procedimentos vou utilizar para alcançar as metas, mediante a realização de atividades que desenvolvam os objetivos programados a curto, médio e longo prazo” (Serrano, 2008, p.37). A presente planificação é de carácter geral, uma vez que engloba todas as atividades que constituem o processo de desenvolvimento do projeto. Assim, seguidamente irei referir os objetivos, metodologia, calendarização e os recursos.

5.3.2. *Objetivos*

Os objetivos dizem respeito aquilo que pretendemos alcançar, ou seja, quais os nossos propósitos. Para tal, têm de ser **claros**, no sentido em que devem ser formulados numa linguagem compreensível para não permitir que existam diferentes interpretações; **realistas**, isto é, serem exequíveis de acordo com os recursos que possuímos, com a metodologia selecionada e dentro dos prazos estabelecidos e, por fim **pertinentes**, isto significa, deterem uma relação lógica com o problema que se procura resolver (Serrano, 2008).

Objetivos Gerais

- Promover o desenvolvimento de competências pessoais e sociais nas jovens;
- Sensibilizar as jovens para as temáticas bullying, da violência no namoro e para os diferentes perigos das redes sociais;
- Desenvolvem a consciência cívica compreendendo o conceito e as práticas de solidariedade.

Objetivos Específicos

- Desenvolvem a consciência cívica compreendendo o conceito e as práticas de solidariedade;
- Aumentam a coesão e as competências de trabalho em grupo, respeitando as diferentes maneiras de pensar, experiências e contextos culturais e elogiando as colegas;
- Apresentam e defendem a sua perspetiva em temas diversificados;
- Identificam os seus objetivos de vida e como visam alcançá-los;
- Conhecem indícios de violência no namoro e são capazes de distinguir relações de namoro saudáveis de não saudáveis;
- Distinguem realidade do que é apresentado nas redes sociais e desenvolvem uma consciência mais crítica para os perigos presentes na utilização das redes;
- Aprendem formas de navegação segura;
- São capazes de reconhecer o bullying;

5.3.3. Metodologia

A metodologia a utilizar neste projeto é de carácter participativa, colaborativa, didática, flexível, ativa e orientada para as necessidades e interesses das jovens acolhidas no CAT.

Utilizámos os seguintes processos:

- Brainstorming de ideias;
- Debate sobre temas diversificados;
- Visualização de vídeos;
- Visualização de um filme;
- Questionários online para verificação de conhecimentos;
- Questionários em papel de opinião e para verificação de conhecimentos;
- Dinâmicas em grupo.

5.3.4 Calendarização

O projeto teve início a 22 de fevereiro e terminou a 17 de maio de 2023, tendo assim a duração de três meses. As sessões decorreram semanalmente. Importa referir que as sessões foram implementadas à quarta-feira à tarde, com uma regularidade semanal (sempre que possível), uma vez que, a maioria das jovens tinham tarde livre.

A primeira sessão intitulou-se “Sonhar+” e decorreu no dia 22 de fevereiro, a segunda sessão “Falar sobre emoções” no dia 1 de março, a terceira sessão “Bem me queres ou mal me queres” no dia 15 de março, a quarta sessão “#Osperigosdeestaronline” no dia 22 de março, a quinta sessão “Direito de expressão não te dá direito à agressão” no dia 22 de março e por último a sexta sessão no dia 17 de maio.

5.3.5. Recursos

Para a elaboração de um projeto é necessário considerarmos três tipos de recursos que nos garanta que este pode efetivamente ser levado a cabo. Neste sentido devemos ter por referência os recursos humanos, materiais e financeiros (Serrano, 2008).

5.3.5.1. Recursos Humanos

Os recursos humanos foram constituídos por nós, enquanto dinamizadores das diferentes sessões. Importa referir que sempre que necessário os elementos da equipa técnica e educativa se mostraram disponíveis para apoiar.

5.3.5.2. Recursos Materiais

Para que as tarefas das sessões pudessem ser executadas foi necessário o seguinte material: Folhas brancas, canetas, lápis de cor, cartolinas, computador, televisão, cabo USB (projetar na televisão), pipocas.

5.3.5.3. Recursos Financeiros

Por fim, os recursos financeiros, para a concretização deste projeto a instituição apenas teve de imprimir os diferentes materiais para utilizar ao longo das sessões e fornecer algum material adquirido anteriormente (lápiz, marcadores, ...).

5.4. Implementação

A implementação como o próprio nome indica e segundo Serrano (2008), significa colocar em prática o projeto previamente idealizado e ter em consideração o seu acompanhamento, desenvolvimento e controlo. Assim sendo este implementou-se ao longo de seis sessões.

1^a sessão- Sonhar+

A primeira sessão do projeto Saber Compreender decorreu no dia 22 de fevereiro e teve início com uma dinâmica simples para quebrar o gelo denominada de “Duas verdades e uma mentira”. Primeiramente distribuimos um papel para que as jovens pudessem escrever num papel três frases, selecionando 2 como verdadeiras e 1 como falsa. De seguida pedimos que uma das jovens se voluntariasse para ler as três afirmações que escreveu de forma a que as restantes jovens conseguissem dizer qual consideravam ser que mentira (cf. Anexo II). Apesar de inicialmente não estarem muito motivadas com a atividade e sentirem dificuldade em selecionar as afirmações acabaram por se divertir na realização na mesma, e foi possível conhecer aspetos que desconheciam sobre as outras jovens. O facto de termos escolhido esta

dinâmica para iniciar a sessão deve-se ao facto de esta permitir que se conheçam melhor e por vezes descobrir interesses em comum.

De seguida realizámos uma atividade intitulada de “Árvore dos sonhos”, esta iniciou-se com a entrega de uma folha com o desenho de uma árvore apenas com os ramos, tendo pedido para que escrevessem em cada ramo um sonho, uma meta, projetos de vida ou um objetivo a nível pessoal, académico ou profissional. No momento em que explicamos o que era suposto fazer na atividade algumas jovens referiram que não sabiam o que escrever, e que não tinham objetivos, no entanto após refletirem conseguiram definir alguns que consideraram relevantes. Todas as jovens escreveram pelo menos três objetivos sendo alguns comuns à maioria das jovens tais como: “ser feliz”, “sair da instituição”, “ser independente”, “ter estabilidade emocional”, “ter um bom emprego”, “tirar a carta de condução”, “viajar” (cf. Anexo III). Após todas as jovens terminarem a sua árvore dos sonhos pedimos que identificassem qual o sonho mais fácil de realizar e o sonho mais difícil, justificando.

No geral consideramos que esta sessão permitiu atingir os objetivos visados, tendo participado todas as jovens que se encontravam em casa no momento e realizado todas as atividades que propus sem utilizar o telemóvel (apesar de não terem sido recolhidos).

2ª Sessão- Pensar sobre emoções

A segunda sessão do projeto aconteceu no dia 1 de Março e teve início com a dinâmica “dado das emoções”, sendo para tal necessário apenas um dado feito previamente com imagens de emojis e cartolina. Este dado ao contrário dos outros que conhecemos não tem números, mas sim emoções tais como: felicidade, tristeza, raiva, diversão, medo e vergonha (cf. Anexo IV). De forma a dar início a esta dinâmica pedimos que alguma jovem se voluntariasse para lançar o dado, e de seguida explicamos que deveriam partilhar um momento que sentiram aquela emoção. Todas as jovens participaram apesar de terem dificuldade em partilhar momentos relacionados com determinadas emoções, principalmente com a vergonha, no entanto quando acontecia havia sempre alguma jovem que se lembrava de um momento e partilhava referente à outra jovem. Apesar desta ser uma dinâmica simples, as jovens gostaram e divertiram-se na concretização da mesma tendo pedido para fazermos outra ronda. Através desta pretende-se que as jovens vão adquirindo consciência sobre as atitudes que podem gerar aquelas reações, e consequentemente são educadas a não agir de determinada forma para não magoar o próximo.

Logo após terminar a dinâmica passamos para uma atividade intitulada de “Como te sentes?”, tendo como principal finalidade compreender como se sentem as jovens em momentos diferentes, esta iniciou-se com a entrega de um desenho com uma árvore e vários bonecos desenhados, sendo que todos eles se encontram em locais e situações diferentes. De seguida explicamos que apenas tinham de pintar o boneco que mais se identificavam em momentos diversificados (cf. Anexo V).

Vermelho- Como me sinto hoje;

Amarelo- Como me senti quando cheguei ao CAT;

Laranja- Como me sinto agora no CAT;

Verde- Como me sinto quando vou a casa ou recebo visitas de familiares;

Azul- Como me sinto quando regresso ao CAT;

Rosa- Como me sinto na escola;

Roxo- Como me sinto quando estou com os meus amigos.

Ao longo da atividade algumas jovens tiveram dificuldade em escolher apenas um dos bonecos tendo por isso colocado dois da mesma cor, referiram também ter gostado da atividade por não ser necessário escrever e também porque permitia refletir.

3ª Sessão- “Bem me queres ou mal me queres?”

A terceira sessão decorreu no dia 15 de março, esta centrou-se essencialmente na violência no namoro e teve início com um questionário e uma dinâmica denominada de “coração amarrotado”. As jovens reuniram-se na sala de convívio e explicamos que iríamos dar início à terceira sessão do projeto, distribuindo assim o questionário e uma caneta a cada jovem. Após todas as jovens responderem ao questionário de forma anónima recolhemos o mesmo e distribuimos uma folha branca a cada uma, explicando que iríamos fazer várias perguntas ao qual deveriam de responder mentalmente e sempre que a resposta fosse “sim” o objetivo era amarrotar o papel. Esta foi uma dinâmica que deixou as jovens bastante interessadas e motivadas, notando-se que acabavam por descarregar a raiva no papel quando fizemos perguntas tais como “Já alguém vos chamou nomes que não gostaram?”, “Já alguém disse coisas sobre vocês que eram mentira?” entre outras questões. De seguida pedimos para que voltassem a colocar o papel exatamente como estava, sendo que, passado alguns minutos chegaram à conclusão de que isso não era possível por mais técnicas que usassem. Para terminar a dinâmica solicitámos que nos dissessem a conclusão ao qual chegaram, sendo que

as respostas foram “ficou magoado”, “É como as pessoas não voltam a ficar como eram antes”, “simboliza a dor que as pessoas sentem” (cf. Anexo VI).

De seguida visualizaram dois vídeos de sensibilização para a violência no namoro, o primeiro era sobre um casal em que o rapaz exercia comportamentos obsessivos e de intimidação sobre a rapariga no entanto a mesma não conseguia perceber isso e o segundo vídeo foi realizado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de género (CIG) e realçava os vários ditados populares tais como “atrás de um grande homem está sempre uma grande mulher”, “entre o marido e a mulher não se mete a colher” e a importância de os contrariarmos em alguns momentos de forma a evitar finais infelizes. Relativamente ao primeiro vídeo as jovens consideraram que existia violência, que era um relacionamento tóxico e que o rapaz era controlador e no segundo vídeo acharam interessante, realçaram o poder da mulher e o facto de não ser preciso ter nenhum homem para ser uma grande mulher.

Para dar continuidade à sessão realizaram um questionário feito previamente através de uma plataforma online, com questões relativas à violência no namoro ao qual deveriam responder pelo telemóvel ou computador (as jovens que não tinham telemóvel fizeram com em conjunto) (cf. Anexo VII).

Para finalizar esta sessão as jovens dividiram-se em dois grupos, um dos grupos deveria escrever aspetos referentes a um relacionamento saudável e o outro grupo aspetos referentes a um relacionamento tóxico. Esta foi a atividade que tiveram mais dificuldade em fazer mas no final colocaram como aspetos do relacionamento saudável: confiança, amor, segurança, respeito, carinho, apoio, responsabilidade, diálogo, cooperação, proteção, amizade, honestidade e relativos a um relacionamento tóxico: bater, controlar, ameaçar, diminuir o valor da outra pessoa no relacionamento, injustiça, ciúmes, não ser honesto, comunicar de forma agressiva, desrespeitar o outro, não comunicar os problemas, falar de forma ignorante e falta de apoio e ajuda (cf. Anexo VIII).

De forma geral consideramos que esta foi uma sessão bastante interessante para perceber os diferentes pontos de vista, uma vez que, nem todas as jovens tinham as mesmas opiniões, existindo por exemplo duas jovens que consideravam preocupação se o namorado mexesse no seu telemóvel e nas suas redes sociais sem permissão. A maioria das jovens gostaram muito de responder ao questionário online por ser uma atividade mais dinâmica e pediram para realizarmos mais.

4ª Sessão- #OSPERIGOSDEESTARONLINE

A quarta sessão decorreu no dia 23 de março e teve como foco principal os perigos da internet, principalmente das redes sociais. Esta sessão teve início com a visualização de um pequeno vídeo de sensibilização sobre os perigos da internet, logo de seguida entregamos um questionário a cada jovem presente para que respondessem individualmente e de forma anónima se preferissem (cf. Anexo IX).

No questionário realizado todas as jovens referiram que utilizavam a internet de forma segura, justificando com “vou ao separador anónimo”, “tenho cuidado com os estranhos”, “bloqueio toda a gente que não conheço”, “informo-me acerca de riscos”, “não exponho a minha privacidade”, “não partilho nada sobre as minhas informações pessoais, além de fotos”. Na questão “Tudo o que publicas na internet pode influenciar a tua vida?” oito jovens consideraram verdadeiro e seis jovens consideraram como falso, já na pergunta “Toda a informação que encontras na internet é fiável e foi revista por editores profissionais?” todas as jovens consideraram como falso. Relativamente à questão “Se publicares uma fotografia na internet, poderás removê-la de forma permanente?” onze jovens selecionaram a opção “difícilmente, o que se publica na internet é difícil de apagar completamente” e três jovens consideraram que “sim, basta apagá-la”. Na questão “A quem deverás fornecer a tua palavra-passe?” doze jovens responderam “a ninguém” e duas jovens responderam “amigos e familiares”. De seguida na questão “Não deverás recusar pedidos de amizade numa rede social, pois isso é considerado falta de respeito” doze jovens responderam que a afirmação era falsa e duas jovens consideraram como verdadeira. Relativamente à questão “Quais as redes sociais que costumas usar” as mais mencionadas foram Facebook, Twitter, Tiktok, Snapchat, Whatsapp, Instagram e Discord e posteriormente na questão “As tuas redes sociais são públicas ou privadas?” oito jovens responderam em privadas, três jovens responderam públicas e três jovens responderam que tinham algumas públicas e outras privadas. Quando questionadas sobre “o que costumas fazer nas redes sociais?” as respostas foram todas muito idênticas referindo essencialmente “ver vídeos e fotos”, “falar com pessoas”, “publicas fotos e vídeos”, “atualizar-me sobre a vida dos outros”, “fofoca” e em relação à questão “Consideras que as redes sociais podem ser perigosas, porquê?” apenas uma jovem respondeu que não, justificando com “Só se acreditar em toda a gente” as restantes jovens consideraram que realmente poderiam ser perigosas justificando com “Porque há muitos estranhos”, “existem pessoas que fazem catfishing e roubam”, “porque nunca é seguro”, “a falta de informação sobre as redes sociais

pode levar a situações perigosas”, “partilha de palavras-passe e informação a mais”, “se as pessoas não souberem preservar-se correm perigo”, “há muita gente falsa”, entre outras respostas. Posteriormente, na questão “Alguma vez te encontraste com alguém que só conhecias das redes sociais?” cinco jovens responderam que “sim” e nove jovens responderam que “não”, e por último na questão “Alguma vez recebeste mensagens cujo conteúdo te ofendeu ou incomodou de alguma forma através das redes sociais?” dez jovens responderam que “sim” e quatro jovens responderam que “não”.

De seguida passamos para a visualização do filme Trust acompanhado com as pipocas feitas previamente, consideramos este filme interessante para mostrar que existe uma enorme facilidade de alguém se fazer passar por uma pessoa que não é, com um nome, idade, morada e imagens falsas e também por reforçar que por mais que falem com as pessoas diariamente podem efetivamente não as conhecer verdadeiramente (cf. Anexo X). As jovens mostraram-se interessadas pelo filme e por saber aquilo que iria acontecer, ao longo do filme achei importante fazer algumas perguntas e avisos para perceber como iriam atuar em determinadas situações caso fossem elas naquele lugar.

De forma mais sintetizada consideramos que a sessão correu bem, foi de encontro aos nossos objetivos para esta sessão e as jovens gostaram por ser a visualização de um filme.

5ª Sessão: Direito de expressão não te dá direito a agressão

A quinta sessão realizou-se no dia 29 de março e centrou-se na temática do Bullying e Cyberbullying, uma vez que, continua a ter uma enorme relevância principalmente nas escolas.

Esta sessão iniciou-se com uma dinâmica denominada de “Consequência ou consequência”, para tal todas as jovens se sentaram e distribuimos um papel e uma caneta para que escrevessem uma tarefa ou brincadeira que gostariam que a sua colega do lado direito realizasse, tendo sido reforçado que deveriam ser coisas mais simples e não demasiado elaboradas ou difíceis. As jovens riam-se enquanto tentavam decidir o que escrever, tendo algumas mais dificuldade do que outras em definir a consequência. Quando todas as jovens acabaram de escrever, revelamos que, na verdade, cada uma deveria realizar a atividade que escreveu. Assim sendo cada uma das jovens realizou o que tinha escrito, tais como: “fazer a prancha durante 30 segundos”, “saltar a imitar um cão”, “fazer 15 abdominais”, “fazer o quadrado”, “fazer 8 abdominais e dizer a tabuada do 2 ao mesmo

tempo”, “fazer 20 flexões e dizer o abecedário ao mesmo tempo” (cf. Anexo XI). No final da dinâmica questionamos as jovens acerca da finalidade da mesma, e todas referiram que seria não desejar aos outros aquilo que não queremos para nós e não fazermos aos outros aquilo que não queremos que nos façam a nós.

De seguida, visualizamos um vídeo de sensibilização acerca do Cyberbullying e falamos sobre as possíveis causas e consequências do mesmo.

Para terminar a sessão distribuimos um questionário para que preenchessem individualmente e de forma anónima caso preferissem (algumas jovens colocaram nome, outras preferiram o anonimato) (cf. Anexo XII). Na primeira questão do questionário “Onde achas que ocorre mais Bullying?” todas as jovens mencionaram a escola, sendo que algumas jovens também referiram internet, casa e lugares públicos. Na questão “Um dos meus amigos é vítima de Bullying. O que posso fazer para ajudar?” as respostas dividiram-se, tendo as jovens respondido maioritariamente com “dar apoio e defender”, “denunciar, apoiar e contar a um adulto”, “também fazer”, “incentivá-lo a denunciar os agressores ou eu mesma fazê-lo”, “dar conselhos e tentar impedir que gozem”. Relativamente à questão “Já foste vítima de Bullying/Cyberbullying?” onze jovens responderam que “sim” e apenas uma respondeu que “não”, no entanto na questão “Já fizeste Bullying a alguém?” dez jovens responderam que “não” e duas jovens responderam que “sim”. Na última questão “Quais são as consequências para o aluno que é alvo de Bullying?” as respostas foram “talvez tenha depressão e ansiedade”, “vai ficar sempre com esses traumas”, “autoestima baixa”, “pouca vontade de viver”, “tentativa de suicídio”, “vontade de chorar e nervos”.

No geral esta sessão correu bem apesar de não termos conseguido realizar o questionário online que preparamos previamente, visto que se apagou no momento da sessão. Consideramos que as jovens fizeram um bom aproveitamento da sessão e fizeram comentários bastante pertinentes acerca do vídeo visualizado e da dinâmica realizada.

6ª sessão: Avaliação do Projeto

A sexta e última sessão do projeto decorreu no dia 17 de maio (pela impossibilidade de se realizar antes) e teve início com uma atividade denominada de “Leque de elogios”. De forma a concretizar esta atividade distribuimos uma folha a cada jovem e um marcador para que escrevessem o seu nome, de seguida passaram a folha para a pessoa à sua esquerda para que escrevessem um elogio. Após escreverem o elogio deveriam passar a folha novamente para a pessoa que estivesse ao seu lado. A atividade terminou quando o papel que recebemos

tinha o nosso nome e já tinha um elogio escrito por todas as participantes. Nesta atividade participaram mais jovens do que o habitual devido ao facto de termos um maior número de jovens acolhidas no momento e também por estarem mais jovens em casa.

Os elogios mais utilizados pelas jovens foram: linda, bonita, divertida, especial, querida, engraçada, amigável, inteligente, forte, fixe, sincera (cf. Anexo XIII).

De seguida passamos para a entrega do questionário relativamente ao projeto (cf. Anexo XIV) e também a entrega de uma imagem representativa de um tweet (nome das publicações na rede social Twitter) para que escrevessem uma palavra ou frase relativa ao projeto (cf. Anexo XV).

Relativamente ao questionário, na primeira pergunta “Gostaste do projeto Saber Compreender?” nove jovens responderam “sim”, três jovens responderam “indiferente” e uma jovem respondeu que “não”. Na segunda questão “Consideras que foram abordados temas importantes?” todas as jovens consideraram que sim, tendo justificado com “aprendi muito com os vários temas”, “devemos saber o que se passa na internet”, “ficamos a perceber melhor sobre alguns assuntos necessários”, “deu-nos outra perspetiva das coisas”, “aprendi bastante”, “fazer ver o mundo”, “ficamos a conhecer mais sobre temas do dia-a-dia”. No que diz respeito à questão “O que mais gostaste neste projeto?” as respostas foram “saber o que as pessoas acham de mim”, “os kahoot”, “ver o filme e vídeos”, “interações do grupo”, “o filme sobre as redes sociais”, “falar sobre as emoções”, “os jogos”, “tudo”. Na questão “O que alteravas neste projeto?” sete jovens responderam “nada”, três jovens responderam “não sei”, duas jovens deixaram a resposta em branco, e uma jovem respondeu “fazer mais atividades de mexer”. Na pergunta “Qual o tema que mais gostaste de ver abordado?” quatro jovens responderam “perigo das redes sociais”, quatro jovens responderam “violência no namoro”, duas jovens responderam “bullying”, e três responderam “não sei”. Por último na questão “Gostarias que este projeto tivesse continuidade com outros temas?” oito jovens responderam que “sim”, três jovens responderam “indiferente” e duas jovens responderam que “não”.

No que diz respeito à dinâmica onde deveriam descrever o projeto em uma frase as respostas foram: “Aprender coisas novas”, “fixe”, “Gostei da atividade, e podiam ser sempre assim as atividades”, “divertido”, “o projeto foi fixe”, “fixe”, “foi ótimo”, “o projeto foi lindo”, “interessante e divertido”, “nice”, “super importante para o nosso futuro”, “fizemos quiz sobre a violência no namoro, fizemos pipocas e vimos o filme”, “as melhores coisas da vida não são coisas”.

5.5. Avaliação

Relativamente à avaliação, esta é vista como “um processo de reflexão que permite explicar e avaliar os resultados das ações realizadas” (Serrano, 2008, p.81). Importa ainda referir que esta “permite reconhecer os avanços, os retrocessos e os desvios no processo de consolidação e que nos situa na etapa em que nos encontramos com os reptos e tarefas, as suas luzes e as suas sombras” (Serrano, 2008, p.81). Neste sentido existem três momentos de avaliação, mais concretamente, a avaliação diagnóstica que acontece antes do processo de aquisição, a avaliação formativa, que acontece durante o processo de intervenção e, por fim, a avaliação sumativa que se elabora no fim do processo estar terminado.

5.5.1 Estratégia Avaliativa

A avaliação diagnóstica realizou-se através da leitura dos processos individuais, dos registos diários, conversas com a equipa técnica e observação direta, tendo sido encontrado um conjunto de problemáticas relevantes para aprofundar no meu projeto tais como a violência no namoro, bullying e o perigo das redes sociais. Assim sendo, estes temas foram considerados como uma necessidade de intervenção – áreas problemáticas – que precisavam de ser trabalhadas com as jovens, recorrendo ao Projeto “Saber Compreender”.

A avaliação formativa decorreu ao longo das várias sessões do projeto e fez-se através do diálogo e observação direta de forma a perceber se as jovens estavam interessadas, empenhadas, participativas e a interiorizar a informação. Assim sendo tentamos fazer sempre várias questões tais como “Consideram que este tema é importante?”, “Gostaram da forma como foi abordado?”, “Sentem que aprenderam alguma coisa importante para colocarem em prática daqui para a frente?”, entre outras para que desta forma as jovens conseguissem dar o seu ponto de vista e também para percebermos como melhorar as sessões. Ao longo das sessões tentamos sempre fazer um resumo da sessão anterior para relembrar o tema e a informação falada.

No que toca à avaliação sumativa, esta é caracterizada por ocorrer no final do processo ou da realização de um projeto tal como mencionado anteriormente. Esta realizou-se através de questionários simples e curtos de forma a perceber o ponto de vista das jovens relativamente ao projeto, o que mais gostaram, os aspetos que poderiam ser melhorados,

entre outros aspetos fulcrais (cf. Anexo XIV). Para além dos questionários foi ainda realizada uma dinâmica no qual as jovens recebiam um papel com um tweet (publicação da rede social twitter) e deveriam escrever uma frase relativa aquilo que o projeto foi para si (cf. Anexo XV).

Capítulo 6. Atividades complementares

6.1 Reuniões com a equipa de CAT

Ao longo do nosso estágio curricular tivemos a oportunidade de participar em reuniões apenas com os elementos da equipa técnica de CAT, reuniões com a equipa (técnica e educativa) de CAT e a diretora técnica e também em reuniões onde estava presente a equipa técnica e a diretora técnica.

Relativamente às reuniões apenas com a equipa técnica de CAT, estas aconteciam com bastante regularidade, de forma a que todas técnicas tivessem informação sobre as jovens, acontecimentos na casa relevantes, entre outras informações que considerassem importantes transmitir.

No que se refere às reuniões em que estava presente a diretora técnica, a equipa técnica e também a equipa educativa, estas tinham como principal objetivo falar de assuntos relevantes, esclarecer dúvidas, perceber os aspetos positivos e também os negativos da intervenção de forma a tentar encontrar soluções e melhorar a intervenção com as jovens.

Por último, as reuniões com a equipa técnica e a diretora técnica, estas eram realizadas sempre que fosse necessário de forma a transmitir informações consideradas relevantes sobre as jovens, tomar decisões importantes, esclarecer dúvidas ou outros assuntos pertinentes.

Importa referir que consideramos como um fator muito positivo a frequências destas reuniões e a rapidez com o qual tentavam dar resposta a algo que não estivesse a funcionar da melhor forma.

6.2 Reuniões com as jovens

As reuniões com o grupo de jovens residentes acontecem com muita frequência, de forma estruturada ou de forma mais espontânea, mas sempre com o foco em promover uma

comunicação assertiva entre todas e um espaço de escuta ativa no sentido da resolução de situações que possam estar a condicionar a dinâmica de funcionamento da CAR.

Das várias reuniões realizadas com as jovens, na presença da Equipa Técnica, Equipa Educativa e a Diretora técnica, o principal objetivo era resolver problemas relacionados com o grupo, fazer alterações nos quartos e perceber o feedback das jovens em relação ao funcionamento da CAR, numa ótica de (co)participação e partindo daquilo que é, também, a opinião das jovens.

Estas reuniões eram imprescindíveis para que todas as jovens conseguissem dar os seus pontos de vista em relação aos assuntos discutidos, percebessem que eram ouvidas e aprendessem a ouvir o outro desenvolvendo assim competências relacionadas com a socialização, escuta ativa e relações positivas.

6.3 Rotinas diárias

As rotinas diárias estão definidas em conformidade com a rotina de cada jovem, visto que cada jovem tem um horário diferente consoante a sua turma e também a escola que frequente. A hora de despertar pode ir das 6:45h até às 8:00h em período de aulas e aos fins de semana/feriados ou interrupções letivas até às 9:30h e relativamente à hora de deitar pode ir até às 22:00h durante o período de aulas e até a 00:00h aos fins de semana/feriados ou interrupções letivas.

No que se refere aos horários de refeições, o pequeno almoço é entre as 7:00h e as 8:15h no período letivo e até as 10:30h aos fins de semana/feriados ou interrupções letivas. O almoço durante o período letivo depende do horário escolar de cada jovem e pode ser feito na escola ou na CAR dependendo da jovem e aos fins de semana/feriados e interrupções letivas pode ir até às 13:30. O lanche da tarde é sempre às 16:30, tal como o jantar que também se mantém sempre às 19:30 e para finalizar a ceia pelas 21:30.

De forma a dividir as diferentes tarefas e deixar a casa sempre asseada existe um mapa de tarefas onde se encontram as diferentes tarefas a realizar tais como distribuir a roupa, preparar a mesa do lanche e jantar e levantar no final, lavar a louça, limpar wc, limpar os corredores, limpar as salas, entre outras (cf. Anexo XVI).

Algumas jovens contam com apoio a matemática, português e inglês de forma a melhorar os seus resultados escolares e por isso devem deslocar-se para a sala no horário de estudo em conjunto com a professora responsável pelo apoio. Importa ainda referir que a

maioria das jovens tem acompanhamento psicológico na CAR e devem deslocar-se no devido horário até ao espaço terapêutico para estar com a psicóloga.

Consideramos importante mencionar que é fulcral a criação de rotinas pois são jovens que na sua generalidade chegam à CAR com um percurso e famílias altamente desorganizadas, neste sentido a criação de rotinas pode ser vista como uma estratégia que contribui para a estruturação interior delas.

6.4 Genogramas

Durante o nosso estágio curricular foi-nos proposto que construíssemos os genogramas familiares de cada uma das jovens de forma a conhecê-las melhor e perceber algum do trabalho realizado quando chegam ao CAT.

O genograma é um instrumento importante para ampliar o conhecimento sobre as famílias, tratando-se de uma representação gráfica das relações familiares ao longo de várias gerações. Assim, permite visualizar e compreender a estrutura familiar, identificar padrões e dinâmicas familiares, bem como mapear os relacionamentos entre os membros da família. Desta forma, o genograma ajuda os profissionais a obter uma visão mais clara das influências e interações que afetam a família.

De acordo com Sá et al. (2022) o genograma é uma ferramenta de destaque para qualquer forma de intervenção familiar, um meio de ordem gráfica que organiza informações coletadas durante o atendimento familiar, de modo a facilitar o acesso a questões reveladoras.

Assim sendo começamos por ler alguns artigos sobre genogramas para perceber como eram feitos, os símbolos utilizados e também as principais finalidades da sua utilização e posteriormente construimos o genograma da nossa família para colocar em prática aquilo que tínhamos aprendido sobre genogramas. De seguida começámos a construir com cada uma das jovens o seu genograma familiar, tendo sido feitos individualmente e num local calmo de forma a que as jovens se sentissem tranquilas e à vontade para a sua concretização, sendo relevante mencionar que nenhuma jovem se recusou a realizar o genograma. A maioria das jovens referiram que era interessante estar a recordar alguns familiares com o qual não tem atualmente relação principalmente tios e primos. Após realizar os genogramas em papel optamos por passar cada um deles para formato digital para posteriormente colocar nos processos individuais das jovens (cf. Anexo XVII).

6.5 Reuniões na escola

Ao longo do nosso estágio curricular tivemos a oportunidade de acompanhar a nossa orientadora local a reuniões de âmbito escolar. Uma das reuniões em que tivemos oportunidade de estar presente estava relacionada com as avaliações de uma jovem, assim sendo reunimos com o seu diretor de turma e outra professora da mesma.

Algumas jovens que se encontram acolhidas no CAT anteriormente residiam em concelhos e distritos diferentes daquele em que a instituição se encontra sendo neste sentido necessário pedir transferência de escola. Após o pedido de transferência ser aceite e existindo vaga na escola mais perto da instituição é preciso reunir com a psicóloga da escola, tendo estado presente numa destas reuniões de apresentação de uma jovem que tinha acabado de entrar no CAT onde foi dado a conhecer o seu horário, os seus manuais para cada disciplina, a sua turma, os diferentes espaços da escola e também esclarecidas todas as suas dúvidas.

Relativamente à mudança de escola e integração na escola, é importante mencionar que as jovens se mantêm na mesma escola que frequentavam antes de vir para a CAR, no entanto, como a maioria das jovens são de longe passam a integrar uma nova escola mais perto da CAR. A entrada destas jovens na escola apenas acontece quando as jovens se sentem integradas na casa e quando estão acauteladas todas as informações relevantes de forma a que se sintam bem na nova escola.

6.6 Reunião da Equipa de Educadores Sociais das Casas de Acolhimento Residencial do Distrito de Aveiro

As reuniões de trabalho entre os técnicos superiores de educação social, psicólogos, assistentes sociais e diretores técnicos, são promovidas pelo Centro Distrital de Segurança Social de Aveiro, e desenvolvem-se entre as áreas de intervenção das dezoito casas de acolhimento residencial do distrito de Aveiro. Com estas reuniões pretende-se aproximar práticas de intervenção, discutir casos, partilhar dificuldades/fragilidades e experiências, assim como desenvolver outros projetos de maior envergadura, como o exemplo do IV Encontro de Casas de Acolhimento, que será mais explorado à frente.

No dia 7 de junho de 2023 tivemos oportunidade de participar na Reunião da Equipa de Educadores Sociais das Casas de Acolhimento Residencial de crianças e jovens do Distrito de Aveiro. A reunião teve início pelas 10:00h na instituição e o tema central foi a realização do IV Encontro Interinstitucional das Casas de Acolhimento do Distrito de Aveiro

que irá decorrer no dia 6 de julho de 2023, e todos os preparativos inerentes à organização de um evento desta magnitude.

No final e de modo que se cumpram com os objetivos da nova metodologia, das reuniões foi feita uma visita pela casa de acolhimento de forma a que todos os educadores sociais pudessem conhecer *in loco* a CAR. Com esta metodologia, contrariamente ao praticado anteriormente, pretende-se de forma rotativa reunir nas CAR do distrito e conhecer dinâmicas e formas de trabalho com o intuito de estreitar e aproximar práticas e métodos de trabalho.

6.6 Aniversários

Os aniversários das jovens são um momento muito importante para cada jovem e a celebração desta data permite criar memórias positivas, fortalecer os laços afetivos e as relações interpessoais entre as jovens e os adultos da CAR. A jovem aniversariante pode escolher um menu do jantar diferente e o bolo de aniversário, também é entregue um presente e feito um convívio com todas as jovens. No dia do aniversário é colocado um postal afixado (feito pela equipa técnica de acordo com os gostos de cada jovem) para que todas possam escrever uma dedicatória ou desejar um feliz aniversário à jovem aniversariante.

6.7 Halloween

A atividade de Halloween decorreu no dia 31 de outubro de 2022, no entanto toda a decoração foi feita previamente. De forma a comemorar o Halloween reuni algumas ideias de decoração e atividades diferentes, tendo posteriormente mostrado à equipa técnica para que pudessem dar a sua opinião acerca das mesmas. Começamos assim por fazer uma decoração alusiva ao tema, com abóboras, morcegos, entre outros símbolos desta festividade para decorar a casa (cf. Anexo XVIII). No dia de Halloween as jovens puderam vestir-se a rigor, ter uma refeição diferente e ainda cortar e decorar as abóboras.

6.8 Estendal dos direitos

Na atividade do Estendal dos direitos das crianças recolhemos determinados objetos ou acessórios que as jovens quisessem doar para que pudéssemos expor no exterior da instituição, remetendo para os diferentes direitos. As jovens entregaram alguns peluches,

camisolas, mochilas, pantufas, caixas de cereais, entre outros de forma a representar os diferentes direitos que conheciam (cf. Anexo XIX).

Posteriormente colocámos várias cartolinas com os diferentes direitos escritos para que qualquer pessoa pudesse ler e refletir sobre os mesmos.

6.9 Natal e festa de Natal

No Natal assim como no Halloween reunimos várias atividades e decorações que poderíamos preparar para esta festividade, e posteriormente reunimos os materiais para começar a preparar tudo. Após prepararmos todas as decorações começamos a colocá-las pela casa e posteriormente foi decorada a árvore de Natal em conjunto com as jovens para começar a levar até elas o espírito natalício (cf. Anexo XX).

De seguida foi feita uma lista ao pai natal, em que todas as jovens escreveram dois presentes que gostariam de receber no natal. Durante a semana de natal foram compradas as prendas para as jovens (algo simbólico, mas de forma a ir de encontro ao que pediram na lista de prendas que fizeram).

No dia 21 de dezembro de 2022 realizou-se a festa de Natal sendo esta comum a ambas as respostas (CAT e LIJ) estando neste dia presentes todas as jovens, as equipas técnicas e educativas de ambas as respostas, a diretora técnica, o técnico responsável pela supervisão da CAR e também as psicólogas responsáveis pelo acompanhamento psicológico das jovens. Começamos este dia a embrulhar todos os presentes para serem entregues na festa de Natal, terminamos a decoração natal e foi preparado o refeitório de acordo com a temática visto que seria este o local do jantar.

Assim a festa iniciou-se com um jantar com todas as pessoas presentes e posteriormente a deslocamo-nos para o auditório da instituição para assistir a um pequeno espetáculo de música, entrega de alguns prémios apenas para nos divertirmos e descontrair, algumas atuações e para finalizar a distribuição dos presentes.

6.10 Dia dos afetos

O dia dos afetos decorreu no dia 14 de fevereiro de 2023, foi importante transmitir que ao contrário daquilo que muita gente pensa este não é apenas o “dia dos namorados”, mas sim o dia em que se comemora o amor entre todos, podendo ser um casal, família, amigos,...

Neste dia a equipa técnica preparou um cartão para cada jovem com o seu nome e uma frase alusiva a este dia e a equipa educativa preparou um origami em forma de coração com uma frase também alusiva a este dia.

Para além do mencionado foi ainda preparado um jantar temático, com decoração alusiva a este tema.

6.11 Dia da Mulher

O Dia da Mulher comemorou-se no dia 8 de março de 2023 e tal como em todas as outras festividades reunimos várias ideias de decorações e atividades que fossem de encontro a esta temática.

Neste sentido criamos um pequeno cartão para cada jovem tendo uma frase alusiva ao tema “O lugar da mulher é onde ela quiser” e posteriormente juntamos a este cartão um pequeno miminho para cada jovem. Criamos ainda um pequeno cartão com a frase “a melhor homenagem que uma mulher pode receber é respeito” ao qual juntamos um docinho e entregamos a cada jovem (cf. Anexo XXI). A equipa educativa preparou uma atividade alusiva ao tema, pedindo a cada uma que escrevesse num pedaço de cartolina o que era para si ser mulher, tendo posteriormente debatido entre todas o tema.

Para além do mencionado a equipa técnica preparou ainda um dia de spa com toda uma decoração diferente e alusiva ao tema tendo assim as jovens possibilidade de fazer máscaras faciais, massagens, entre outras atividades (cf. Anexo XXII).

6.12 Páscoa

Na Páscoa tal como nas outras festividades reunimos várias decorações e atividades que poderíamos realizar no CAT, e posteriormente passamos para a decoração dos espaços com coelhos coloridos feitos com cartolinas e o rabo pompons brancos (Anexo XXIII).

Durante as férias da Páscoa foram dinamizadas várias atividades alusivas ao tema uma vez que, a maioria das jovens se encontravam de férias, tais como a decoração dos sacos da Páscoa, decoração da coroa de Páscoa e decoração dos ovos da Páscoa.

Na atividade de decoração dos sacos alusivos à páscoa as jovens usaram materiais como lã, tesouras, lápis de cor e marcadores de forma a decorar o seu saco em forma de coelho para posteriormente colocarmos doces lá dentro (cf. Anexo XXIV). Relativamente à atividade de decoração da coroa foi feito um círculo grande em cartão, posteriormente foram

feitos vários pompons de lã para preencher todo o círculo e para finalizar colocámos umas orelhas de coelho (cf. Anexo XXV). De forma a concretizar a atividade de decoração dos ovos foram necessários ovos, fio para colar os ovos de forma a conseguirmos pendurar, pinceis e guaches para pintar os ovos da forma que quisessem (cf. Anexo XXVI).

Para além das atividades mencionadas as jovens ainda pintaram diferentes mandalas alusivos à Páscoa para decorar as salas e fizeram ainda uma caça ao ovo no dia de Páscoa.

6.13 Projeto Educação para a Saúde

O projeto Educação para a Saúde tem como principal finalidade abordar temas relacionados com a saúde feminina, autocuidado, saúde física, primeiros socorros, higiene oral e nutrição (cf. Anexo XXVII). Este projeto teve início no dia 5 de abril de 2023 e ainda se encontra a decorrer, tendo como principais dinamizadoras uma enfermeira externa à casa, uma médica da unidade de saúde familiar, a equipa solicitou a nossa colaboração na integração deste projeto para desenvolver a temática referente à Higiene Oral.

A primeira sessão centrou-se na Saúde Feminina, de forma a aprofundar temas tais como a menstruação e palpação da mama e na segunda sessão foi abordada a sexualidade, mais concretamente os métodos contraceptivos e as doenças sexualmente transmissíveis. A terceira sessão teve como tema principal os primeiros socorros tendo sido abordados temas como feridas, engasgamento, queimaduras e ataques de pânico/ansiedade. A quarta sessão teve como tema principal autocuidado de forma a explorar os cuidados a ter com a utilização da maquilhagem, limpeza e cuidados de pele, cuidados com o sol e diferentes sinais no corpo. A quinta sessão está relacionada com a saúde física, de forma a esclarecer o que se deve ou não fazer em situações como dores de cabeça, sintomas de gripe, diarreia, gases/flatulência, dores musculares. A sexta sessão tem como tema principal a higiene oral de forma a aprofundar temáticas tais como regras para uma boa higiene, produtos a usar e a importância de uma boa higiene.

Para além das sessões mencionadas ainda serão exploradas posteriormente temáticas como a saúde mental e a nutrição de acordo com a disponibilidade das jovens e das dinamizadoras.

6.14 Organização do IV Encontro Interinstitucional das Casas de Acolhimento do Distrito de Aveiro

Para além de todas as atividades complementares mencionadas foi-nos proposto participar na organização do IV Encontro Interinstitucional das Casas de Acolhimento do Distrito de Aveiro que iria decorrer no dia 6 de julho de 2023 em Vale de Cambra, sendo o CAF Pinto de Carvalho uma das quatro instituições responsáveis pela organização do evento.

Para a concretização deste Encontro, que acontece de dois em dois anos, e prevê a participação das dezoito casas de acolhimento do distrito, foi necessário fazer cartazes, convites, logotipo, selecionar e estruturar as atividades que iriam decorrer durante o dia, reunir os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para a sua concretização, entre outros aspetos fulcrais para o decorrer do mesmo.

Assim sendo, disponibilizamo-nos para auxiliar em tudo o que fosse necessário e para participar no Encontro preparando e dinamizando a atividade das maquilhagens inspiradas em festivais e também as pinturas faciais, para esta atividade importa referir que partimos dos interesses e habilidades demonstradas por algumas jovens residentes que em conjunto connosco vão dinamizar a referida atividade.

Considerações finais

Refletindo sobre todo o trabalho desenvolvido, o desafio e a experiência que foi este estágio curricular, conclui-se que foi positivo. Importa referir que foi um desafio constante, no entanto, consideramos que os obstáculos e ameaças foram ultrapassados.

Ao longo dos nove meses de estágio foi possível conhecermos o contexto residencial, as rotinas, os normativo-legais que orientam esta resposta social, criar recursos educativos e comunicar diariamente com as jovens acolhidas, com a equipa técnica e a equipa educativa da casa.

A realização deste estágio permitiu que colocássemos em prática as estratégias, métodos e modelos abordados teoricamente ao longo do percurso académico no Mestrado em Educação Social, Desenvolvimento e Dinâmicas Locais, bem como na Licenciatura em Ciências da Educação na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Importa referir que ao longo do estágio, foi possível integrarmos a dinâmica do Centro de Acolhimento Temporário do CAF Pinto de Carvalho, no que respeita ao seu funcionamento e às atividades propostas pela instituição e também estabelecer relações de confiança com a equipa técnica e educativa, bem como com as jovens residentes. No que toca à planificação e realização do projeto Saber Compreender, primeiramente foi feito o levantamento de necessidades e posteriormente tentamos dar-lhes resposta através de sessões temáticas de sensibilização e atividades em torno das mesmas. O projeto de estágio e de intervenção decorreu conforme os objetivos delineados previamente, sendo notória, ao passar do tempo, a evolução das jovens, quanto aos temas abordados e atividades realizadas.

Em suma, consideramos fulcral mencionar que ao longo do estágio conseguimos compreender o papel desenvolvido pelo profissional de Educação Social na casa de acolhimento. É de realçar que este estágio nos permitiu adquirir aprendizagens e conhecimentos, desenvolver competências e ter experiências ao nível profissional enriquecedoras e que serão importantíssimas, tanto no presente como futuro. Importa ainda referir que este estágio nos permitiu perceber de que modo é possível criar um projeto e depois implementá-lo e compreender que é um processo dinâmico que, por vezes, exige mudanças perante novas condições que surgem.

Em jeito de conclusão, apresentamos, na Tabela 1, uma análise SWOT de forma a salientar os pontos fortes e oportunidades que possibilitaram um estágio curricular benéfico.

Mas também apresentamos os pontos fracos e as ameaças que eventualmente condicionaram algum momento do nosso estágio.

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Cooperação com a equipa técnica da instituição; • Interesse pela área do acolhimento residencial; • Autonomia possibilitada pela instituição; • Relações positivas estabelecidas com as jovens e técnicas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de experiência em intervenção com jovens desta faixa etária; • Alguma dificuldade na gestão do comportamento do grupo;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Abertura por parte da equipa às ideias propostas; • Possibilidade de integração na dinâmica da instituição; • Conhecer o sistema de acolhimento residencial em Portugal; • Abertura à intervenção junto da equipa educativa e das jovens. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade em ter presentes todas as jovens devido à incompatibilidade de horários; • Fraca adesão de algumas jovens às dinâmicas propostas; • Gestão de colocação das jovens nas casas de acolhimento, de acordo com o seu perfil de funcionamento, pouco eficaz e limitadora ao nível das intervenções;

Referências bibliográficas

- Balhau, J. (2011). A vinculação e a auto-estima em jovens não-institucionalizados vs. Institucionalizados [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior Miguel Torga]. Repositório ISMT. <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/277>
- CAF Pinto de Carvalho. (2016). Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho. Oliveira de Azeméis. Disponível em: <https://www.cafpintodecarvalho.org>
- CAF Pinto de Carvalho. (2020). Regulamento *Interno do Centro de Apoio Temporário*. CAF Pinto de Carvalho.
- Calejo, I. (2019). *Perfis psicológicos de crianças e jovens em acolhimento residencial*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório aberto da Universidade do Porto]. <https://hdl.handle.net/10216/121032>
- Carvalho, B. (2021). *Intervenção socioeducativa no acolhimento residencial: Projetos, Atividades e Recursos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. B-ON. <http://hdl.handle.net/10316/96531>
- Carvalho, M. (2013). Sistema nacional de acolhimento de crianças e jovens. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa.
- Carvalho, M., & Salgueiro, A. (2018). *Pensar o acolhimento residencial de crianças e jovens*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Duarte, S. M. G. (2015). *O acolhimento institucional no Entre Douro e Vouga: A perceção das crianças e jovens*. [Dissertação de mestrado, ISMT – Instituto Superior Miguel Torga]. Repositório do ISMT. <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/470>
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Texto Editores, Lda.
- Gueifão, R., Correia, F., & Azevedo, S. (2021). *Educação Social: Contextos e funções*. Associação dos Profissionais Técnicos Superiores de Educação Social.
- Instituto da Segurança Social. (2021). *Relatório de caracterização anual da situação de acolhimento das crianças e jovens*. Instituto da Segurança Social.
- Martins, E. (2020). A educação social nos novos espaços e tempos: As realidades entroncadas da intervenção social e educativa. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, 15(3)*, 2167-2187.

- Mateus, E. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *Eduser: Revista de educação*, 4(1), 60- 71. ISSN 1645-4774.
- Mota, C. (2021). *Crianças, jovens e cuidadores*. Edições Sílabo.
- Sá, J. D. S., Menegaldi, C., Garcia, L. F. & Grossi-Milani, R. (2023). Uso do genograma e ecomapa na avaliação das relações familiares de crianças em situação de vulnerabilidade e violência. *Saúde em Debate*, 46, 80-90.
- Serrano, G. (2008). *Elaboração de projetos sociais: Casos práticos*. Porto Editora.
- UNICEF. (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança*. https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf
- Veiga, S., & Cardoso, D. (2011) *O profissional de educação social num lar de infância e juventude*. <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/10460>

Legislações

Lei n.º 44287, de 20 de abril. *Diário da República n.º 89/1962, Série I de 1962-04-20*.

Ministério da Justiça- Gabinete do Ministro, Lisboa.

Lei n.º 26/2018, de 05 de julho. *Diário da República n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-*

01. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Lisboa.

Lei n.º 164/2019 - Lei n.º 164/2019, de 25 de outubro. *Diário da República n.º 206/2019,*

Série I de 2019-10-25. Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Lisboa.

Anexos

Anexo I- Planificação do Projeto Saber Compreender

	Objetivos	Atividades e dinâmicas	Recursos necessários
Sessão 1 “Sonhar+”	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de um clima emocional positivo e de confiança no grupo; • Desenvolvimento de competências sociais. 	<p>A primeira sessão inicia-se com uma dinâmica para quebrar o gelo denominada de <i>“duas verdades e uma mentira”</i>. Nesta dinâmica cada participante deve escrever num papel três frases, selecionando 2 como verdadeiras e 1 como falsa. De seguida é selecionado um voluntário para ler as suas afirmações para que os restantes participantes possam dizer qual acham que é mentira, o integrante do grupo que adivinhar qual é a mentira será o próximo. Esta atividade permite que as pessoas se conheçam melhor e possam descobrir por vezes interesses em comum sendo ainda importante referir que este tipo de atividades informais permitem que o grupo em questão se sinta mais tranquilo e descontraído para falar e ouvir.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Canetas; • Folhas brancas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre os objetivos e metas para o futuro; 	<p>De seguida irá realizar-se a atividade designada de <i>“Árvore dos sonhos”</i>, esta inicia-se com a entrega de uma folha com uma árvore, apenas com os ramos, sendo pedido que em cada ramo escrevessem um sonho, uma meta, projetos de vida ou um objetivo a nível pessoal, académico ou profissional. Posteriormente será feita fazer uma reflexão sobre a possibilidade de alcançar o que pretendem, o sonho que consideram mais fácil de realizar e o mais difícil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Folhas com a árvore imprimida previamente; • Lápis/caneta.
<p>Sessão 2</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber a relação entre determinadas ações/attitudes e as emoções; • Compreender as diferentes emoções; 	<p>Esta sessão inicia-se com a dinâmica do <i>“dado das emoções”</i>, sendo que para a sua realização será necessário apenas um dado sendo que este será diferente dos outros porque em cada uma das suas faces contém diferentes emoções com que nos deparamos no nosso dia a dia tais como: felicidade, tristeza, medo, raiva, entre outras. Inicia-se assim a dinâmica com um participante selecionado aleatoriamente a lançar o dado, de seguida o</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dado das emoções construído previamente.

		<p>mesmo participante deve partilhar um momento que se sentiu de acordo com essa emoção. Desta forma os participantes vão adquirindo consciência sobre as atitudes que podem gerar aquelas reações, e conseqüentemente são educados a não agir de determinada forma para não magoar o próximo.</p>	
	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre o estado de espírito em momentos diversificados; 	<p>De seguida irá realizar-se a atividade da <i>“Com quem me pareço eu?”</i> que tem como principal finalidade compreender como se sentem as jovens em momentos diferentes. Esta inicia-se com a entrega de uma blob tree. Esta é uma Metodologia psicoterapêutica formada por bonecos sem gênero, nacionalidade e idade e expressam-se através da linguagem corporal exibindo desse modo diferentes emoções. Assim sendo é pedido que pintem o boneco que mais se identificam em momentos diversificados</p> <p>Amarelo- Como me senti quando cheguei ao CAT;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Folha de papel com o desenho imprimido; • Lápis de cor.

		<p>Laranja- Como me sinto agora no CAT;</p> <p>Verde- Como me sinto quando vou a casa ou recebo visitas de familiares;</p> <p>Azul- Como me sinto quando regresso ao CAT;</p> <p>Rosa- Como me sinto na escola;</p>	
<p>3ªsessão “Bem me queres ou mal me queres?”</p>		<p>Esta sessão irá ter início com a dinâmica “Coração amarrotado”, para a concretização da mesma é necessário distribuir um questionário com algumas questões simples, ao qual devem responder com “sim”, “não” e “nem sempre” (Anexo III). De seguida é distribuída uma folha a cada jovem e são feitas perguntas tais como: “Alguma vez se sentiram desrespeitadas?”, “Alguma vez desrespeitaram alguém?”, “Alguma vez alguém traiu a vossa confiança?”, “Alguma vez tiveram fizeram algo mesmo sabendo que ia magoar a outra pessoa?”. Sempre que a resposta for positiva deveriam amarrotar o papel. No final é pedido que coloquem a folha como no</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Folhas Brancas; • Caneta;

		<p>início, sendo isso impossível. Esta dinâmica permite que as jovens percebam que as pessoas são como papéis amarrotados, uma vez que, quando são magoadas e ofendidas podem perdoar a outra pessoa, mas acabam por ficar sempre afetadas.</p>	
		<p>Após a realização desta dinâmica será visualizado um vídeo de sensibilização sobre a temática da violência no namoro e debater sobre o mesmo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Computador; • Cabo USB;
	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o que é a violência no namoro; • Conhecer os diferentes indícios de violência no namoro; • Saber distinguir uma relação saudável de uma relação não saudável. 	<p>Após a realização desta dinâmica será visualizado um vídeo de sensibilização sobre a temática da violência no namoro e debater sobre o mesmo. Posteriormente é realizado um Quizizz (questionário online) sendo que para tal é necessário o uso de telemóvel ou computador (no caso das jovens que não podem ter os seus telemóveis), o questionário pode ser respondido individualmente ou em grupo. Através deste questionário procura-se perceber o que as jovens</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Computador; • Cabo USB.

		conhecem sobre a temática da violência no namoro.	
	<ul style="list-style-type: none"> Saber distinguir uma relação saudável de uma relação não saudável. 	Após responder ao questionário as jovens devem dividir-se em dois grupos: um dos grupos deve tentar reunir aspetos relacionados com uma relação saudável e o outro grupo aspetos relacionados com uma relação não saudável, no final juntar todas as jovens e falar sobre os aspetos que mencionaram.	<ul style="list-style-type: none"> Folhas de papel; Caneta.
<p>Sessão 4 #Os perigos de estar Online”</p>	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver competências de escuta ativa; Compreender a importância da navegação na Internet em segurança. 	Esta sessão irá iniciar-se com um vídeo sobre a realidade por trás das redes sociais e a forma como as pessoas tem necessidade de mostrar algo que não corresponde à realidade (3 minutos) e de seguida será feito um pequeno debate sobre o vídeo.	<ul style="list-style-type: none"> Projeter; Computador.
	<ul style="list-style-type: none"> Refletir sobre aspetos relacionados com a temática; 	Logo de seguida é pedido que as jovens realizem um questionário individualmente e de forma anónima para que se sintam mais à vontade na realização do mesmo.	<ul style="list-style-type: none"> Computador; Projeter.
	<ul style="list-style-type: none"> Compreender a importância da navegação na 	Posteriormente iremos passar para a visualização do filme Trust.	<ul style="list-style-type: none"> Computador; Projeter.

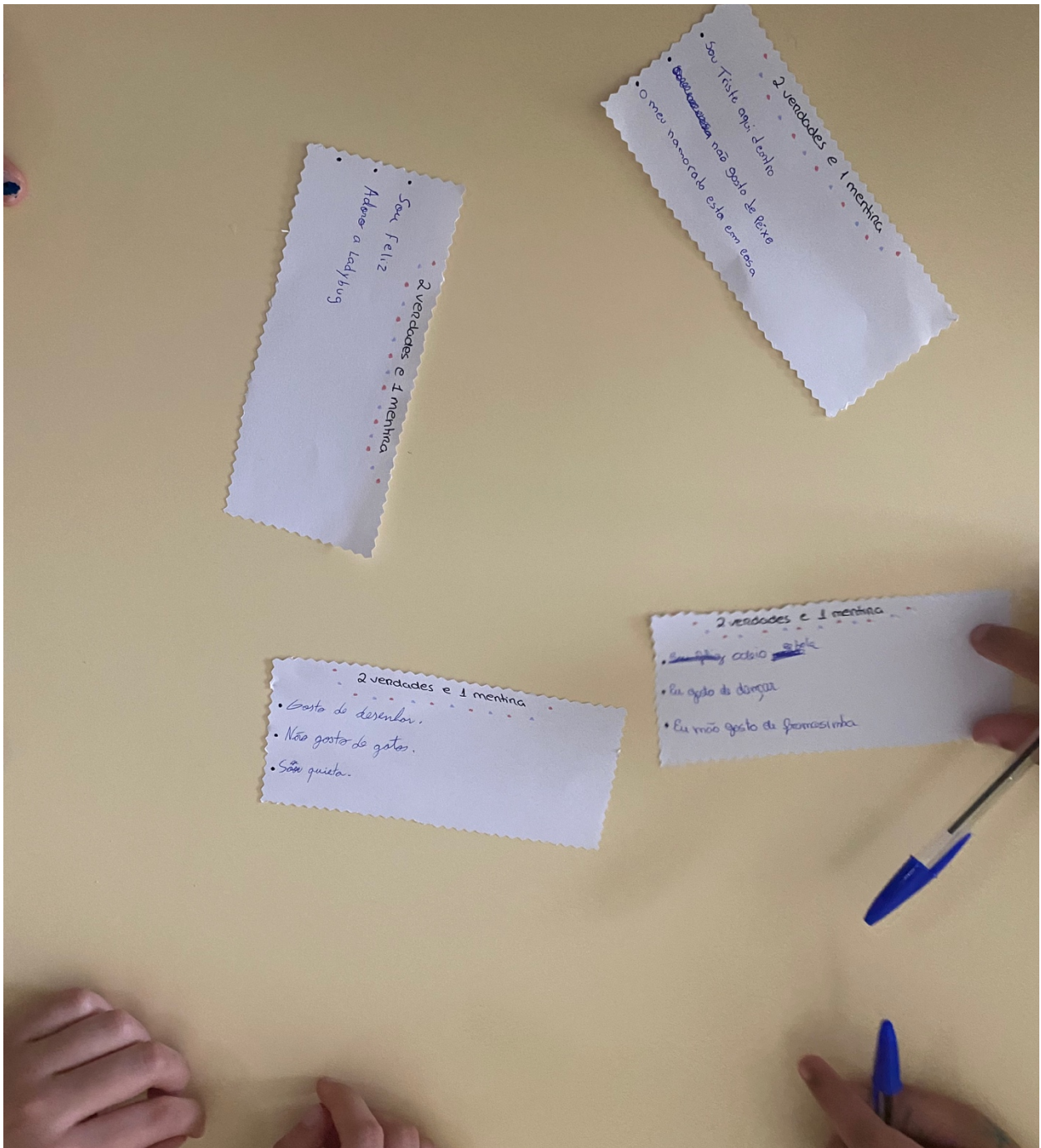
	<p>Internet em segurança;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os diferentes perigos que podem enfrentar na internet. 		
<p>Sessão 5 “Direito de expressão não te dá direito à agressão”</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a importância da solidariedade entre todos; 	<p>Esta sessão inicia-se com uma dinâmica diferente, mas que pode trazer vários ensinamentos esta intitula-se de <i>“Consequência ou consequência?”</i>, as jovens devem sentar-se em círculo e escrever individualmente num papel uma tarefa ou brincadeira que gostariam que a sua colega do lado direito realizasse (sendo necessário revelar que devem ser coisas mais simples e não demasiado elaboradas ou difíceis). Quando todas as jovens tiverem escrito, será anunciado que, na verdade, cada uma deverá realizar a atividade que escreveu. O que se pretende com esta dinâmica é mostrar às jovens a importância de tratar o outro como gostaria de ser tratado, e</p>	

		também de não desejar o mal ao próximo ou tirar vantagem das situações refletindo assim que não se deve fazer aos outros aquilo que não gostaríamos que nos fizessem a nós.	
	<ul style="list-style-type: none"> • Saber distinguir o que é Bullying e o que não é; • Identificar os vários tipos de bullying; • Conhecer os principais intervenientes no bullying; • Analisar as causas e consequências do bullying. 	De seguida, iria ser feito um Kahoot em grupo sobre o Bullying e o Cyberbullying para compreender aquilo que as jovens sabem relativamente a este tema e também aquilo que consideram ou não Bullying ou Cyberbullying.	
	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre a temática do Bullying; 	Para terminar esta sessão seria visualizado um vídeo e distribuído um questionário com questões relativamente ao bullying para perceber se efetivamente já foram vítimas, se já praticaram contra alguém, entre outros aspetos relevantes (possibilidade de responder anonimamente).	

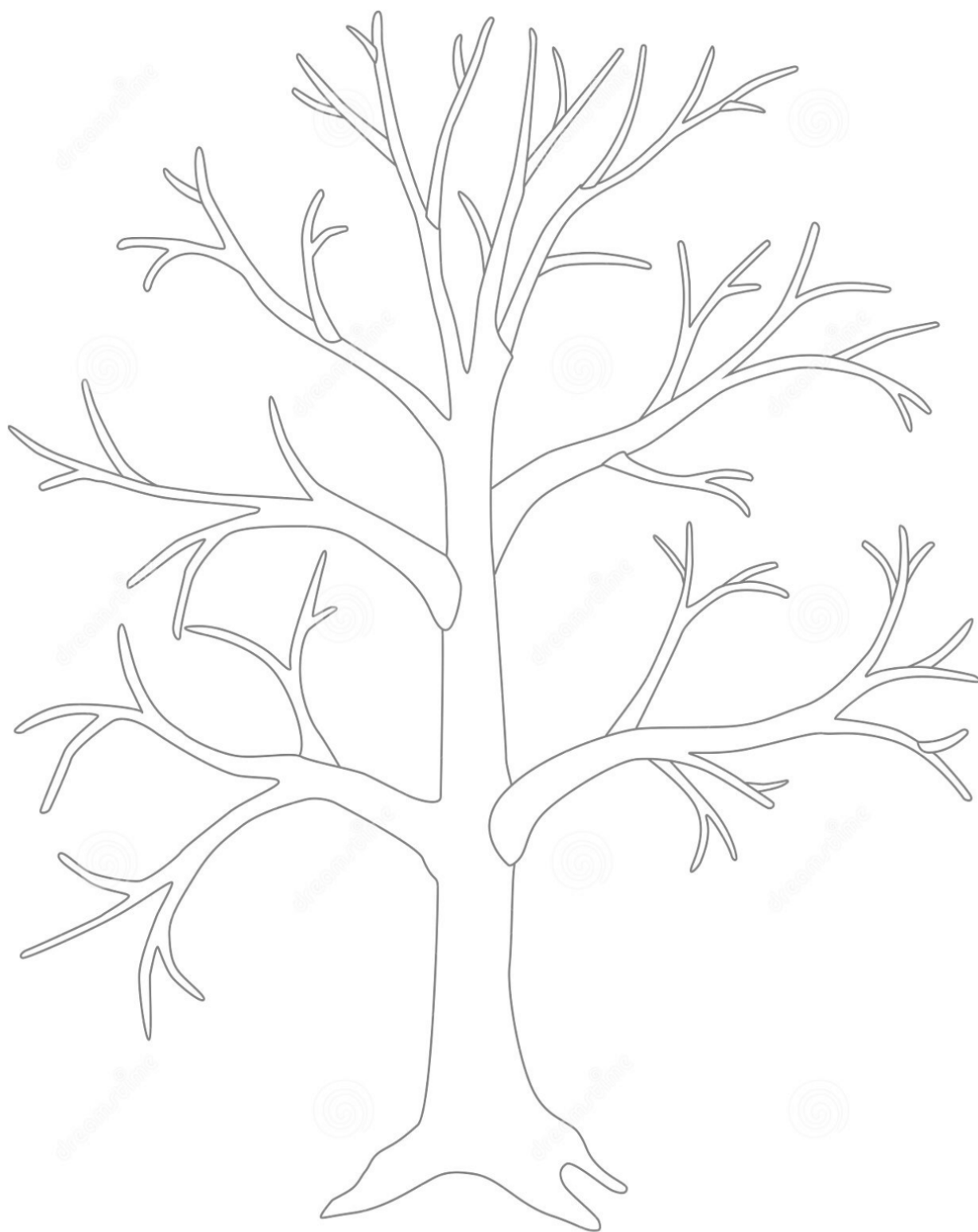
<p style="text-align: center;">Sessão 6 Avaliação do projeto</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecer a importância de elogiar o outro; 	<p>Esta sessão final tem início com uma dinâmica tal como aconteceu em todas as outras sessões, sendo que esta se intitulada de <i>“Leque de elogios”</i>. A autoconfiança é algo que também se pode trabalhar sendo neste sentido que surge esta dinâmica, para que as jovens compreendam que todos temos qualidades. Para começar, as jovens fazem um círculo e recebem um papel e um lápis para escrever seu nome de seguida devem dar esse papel à pessoa que se encontra à sua esquerda. Neste momento é importante mencionar que cada jovem deve escrever algo positivo ou que goste relacionado ao nome que está escrito no papel, esclarecendo que não são permitidos comentários ou palavras inconvenientes ou inoportunas. Quando todos as jovens tiverem escrito algo sobre cada membro do grupo devem ler-se os papeis e podem guardar para aqueles dias em que a autoestima tiver mais em baixo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Folhas de papel; • Caneta.
--	--	---	---

	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a capacidade critica; • Refletir sobre o projeto Saber compreender; • Avaliar o projeto Saber Compreender. 	<p>De seguida será distribuído um questionário de forma a avaliar o projeto, a perceção das jovens acerca do projeto, a sessão que mais gostaram e aquela que menos gostaram, ...</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Folhas de papel; • Canetas;
	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre o projeto Saber compreender; • Avaliar o projeto Saber Compreender. 	<p>Para terminar é distribuída uma imagem a representar um tweet (publicação da rede social Twitter) e pedir que cada jovem escreva aquilo que achou do projeto Saber Compreender</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Folhas de papel; • Canetas.

Anexo II- Dinâmica 2 verdade e 1 mentira



Anexo III- Atividade Árvore dos sonhos





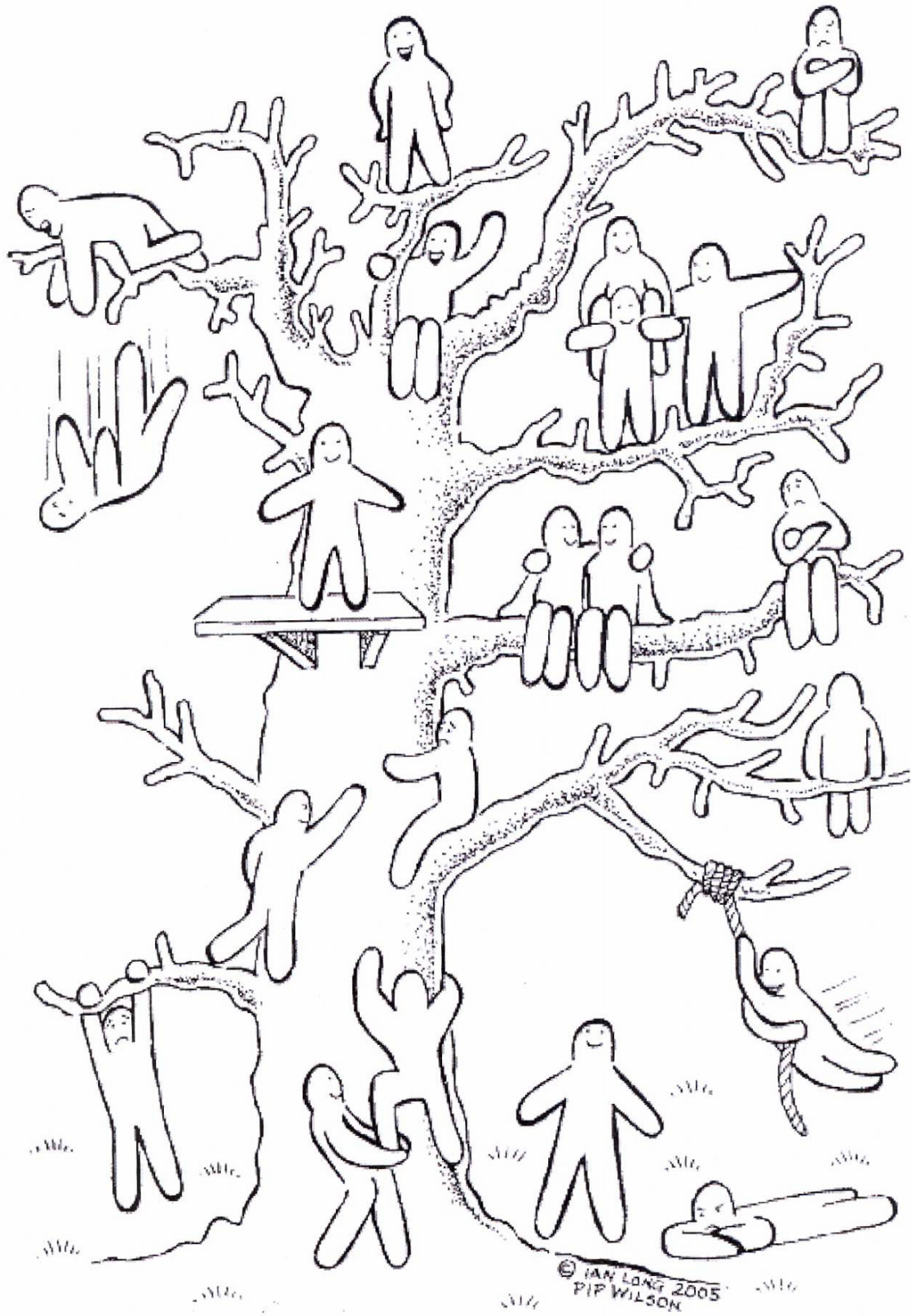
Anexo IV- Dados das Emoções







Anexo V- Como te sentes?





Anexo VI- Papel Amarrotado

	SIM	NÃO	NEM SEMPRE
Considero que respeito as outras pessoas.			
Sou capaz de respeitar as escolhas do outro.			
Considero que os outros me respeitam.			
Tenho amizades que são importantes para mim.			
Consigo confiar nas pessoas.			
Sou capaz de tomar uma atitude mesmo sabendo que vai magoar alguém.			
Considero que trato melhor os outros do que eles me tratam a mim.			



Anexo VII- Questionário online sobre violência no namoro

O que é a violência no namoro?

- a) Ato de violência e abuso numa relação de namoro;
- b) Acontece de forma pontual ou continua;
- c) Tem o intuito de controlar e/ou estabelecer uma relação de poder;
- d) Todas as opções estão corretas. **(correta)**

Qualquer pessoa pode ser vítima de violência no namoro.

- a) Verdadeiro; **(correta)**
- b) Falso.

É normal o teu namorado dizer-te o que podes ou não vestir.

- a) Verdadeiro;
- b) Falso. **(correta)**

A violência é um atentado aos nossos direitos fundamentais.

- a) Verdadeiro; **(correta)**
- b) Falso.

A violência pode ser uma forma de demonstrar amor.

- a) Verdadeiro;
- b) Falso **(correta)**

Se o teu namorado/a te proíbe de falar com os teus amigos, isso é considerado:

- a) Violência física;
- b) Violência verbal;
- c) Violência emocional; **(correta)**
- d) Nenhuma das opções está correta.

Se o teu namorado/a te empurra ou te pontapés isso é considerado:

- a) Violência de autoridade;
- b) Violência física; (correta)
- c) Violência emocional;
- d) Violência verbal.

Se o teu namorado/a insiste e persiste na realização de um ato sexual que tu não queres:

- a) Isso é violência; (correta)
- b) Isso não é violência.

O que é violência verbal no namoro?

- a) Tentativa de abalar e piorar a auto-estima do outro;
- b) Insultar o outro;
- c) Humilhar e criticar o outro;
- d) Todas as opções estão corretas. (correta)

Mexe, sem o teu consentimento, no teu telemóvel ou nas tuas redes sociais.

- a) Isso é violência; (correta)
- b) Isso não é violência.

O que consideras como intimidação?

- a) Critica-te e humilha;
- b) É demasiado ciumento;
- c) Faz ameaças;
- d) Opção B e C estão corretas. (correta)

Uma relação saudável é quando há comunicação, confiança e respeito.

- a) Verdadeiro; (correta)
- b) Falso.

Se o/a teu/tua namorado/a publica fotos mais íntimas sem que tenhas conhecimento.

- a) Isso é normal;
- b) Isso não é normal. (correta)

Se és vítima de violência no namoro deves...

- a) Pedir ajuda; (correta)
- b) Esperar que o outro mude.

Se te culpabiliza pelas reações agressivas que tem.

- a) Isso é violência; (correta)
- b) Isso não é violência.

Uma bofetada, um insulto ou uma humilhação são formas de violência.

- a) Verdadeiro; (correta)
- b) Falso.

67% das/dos jovens dos 11 aos 21 anos não reconhecem a violência nas suas relações de namoro.

- a) Verdadeiro; (correta)
- b) Falso.

Os rapazes nunca são vítimas de violência no namoro.

- a) Verdadeiro;
- b) Falso. (correta)

É melhor ter um namorado violento do que estar sozinha.

- a) Verdadeiro;
- b) Falso. (correta)

Controlar o telemóvel do/a parceiro/a é sinal de preocupação.

- a) Verdadeiro;
- b) Falso. (correta)

Anexo VIII- Distinguir relações tóxicas e relações saudáveis

RELAÇÃO
SAUDÁVEL



RELAÇÃO TÓXICA



RELAÇÃO TÓXICA

- Bater
 - Cometer
 - Ameaçar
 - Diminuir o valor da pessoa no relacionamento
 - Injustiça
 - Ciúmes
 - não ser honesto(a)
 - comunicar de forma agressiva
 - Desrespeitar um o outro
 - não comunicar problemas
 - Falar do forma ignorante!
- estresses
- falta de apoio e ajuda



RELAÇÃO SAUDÁVEL

- confiança
- amor
- segurança
- respeito
- carinho
- amizade
- honestidade
- apoio
- cooperação
- responsabilidade
- diálogo
- proteção



Anexo IX- Questionário sobre os Perigos da Internet

#OSPERIGOSDAINTERNET

1. Considero que uso a internet de forma segura? Porquê?

2. Tudo o que publicas na internet pode influenciar a tua vida?

Verdadeiro

Falso

3. Qual das seguintes opções poderá ser considerada uma palavra-passe segura?

a) “Data5”

b) “Password123”

c) “Ceuzul0”

4. Toda a informação que encontras na internet é fiável e foi revista por editores profissionais.

Verdadeiro

Falso

5. Se publicares uma fotografia na internet, poderás removê-la de forma permanente?

a) Sim, basta apagá-la

b) Dificilmente. O que se publica na internet é difícil de apagar completamente

c) Sim, para isso terás de apagar o teu perfil

6. Pessoas mal-intencionadas recorrem a esquemas de *phishing* para...

a) Fazer publicidade. **b)** Danificar o computador. **c)** Obter dados confidenciais.

7. Antes de decidires fazer alguma compra através de um *site* de comércio eletrónico deverás...

a) Confirmar a sua fiabilidade **b)** Confirmar a sua lista de produtos

c) Avaliar o seu *design*

8. Um vírus é um programa que pode infetar o sistema, fazer cópias de si próprio e tentar espalhar-se para outros computadores.

Verdadeiro

falso

9. A quem deverás fornecer a tua palavra-passe?

a) Aos teus amigos. **b)** Aos teus amigos e familiares. **c)** A ninguém.

10. Não deverás recusar pedidos de amizade numa rede social, pois isso é considerado falta de educação.

Verdadeiro falso

11. Preencher totalmente os campos de morada, telefone e *email* no perfil de Facebook é uma grande ajuda para estares em segurança.

Verdadeiro falso

És a única que sabes as tuas passwords? _____

Quais são as redes sociais que costumás usar?

Tens as tuas redes sociais públicas ou privadas? _____

Aceitas todas as pessoas que te tentam adicionar nas redes sociais?

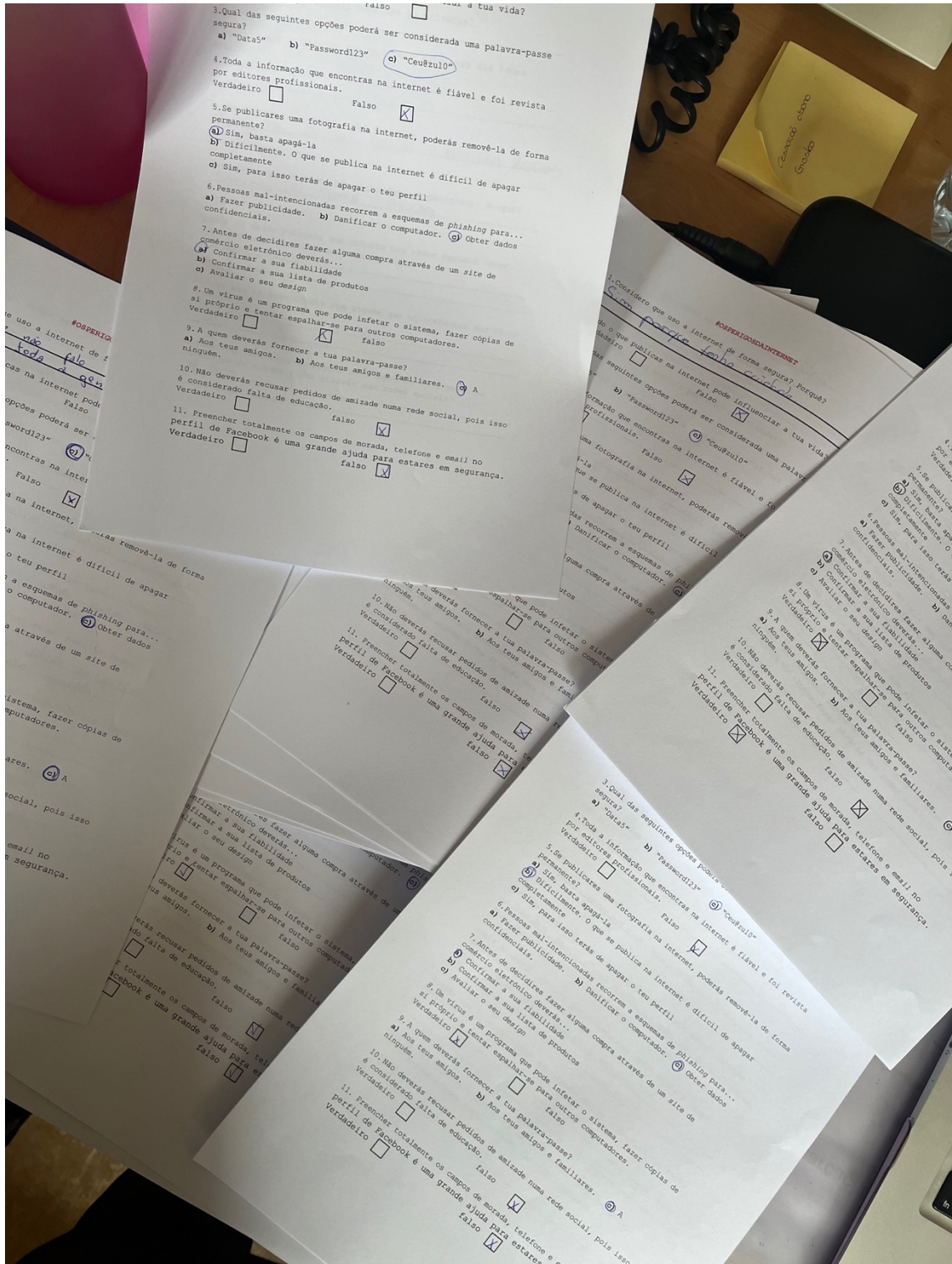
O que costumás fazer nas redes sociais?

Consideras que as redes sociais podem ser perigosas? Porquê?

Quais os dados pessoais que colocas nas redes sociais (nome, idade, número de telemóvel, morada, ...)?

Alguma vez te encontraste com alguém que só conhecias das redes sociais?

Alguma vez recebeste mensagens cujo conteúdo te ofendeu ou incomodou de alguma forma através das redes sociais?



Anexo X- Visualização do filme Trust





Anexo XI- Dinâmica “Consequência ou consequência?”



Anexo XII- Questionário sobre Bullying/Cyberbullying

Direito de expressão não te dá Direito a agressão

Onde achas que ocorre mais Bullying?

Um dos meus amigos é vítima de bullying. O que posso fazer para ajudar?

Excluir um colega do grupo ou espalhar rumores acerca de um amigo pode causar o mesmo impacto do que a violência física.

Verdadeiro

Falso

Já foste vítima de Bullying/Cyberbullying?

Já fizeste Bullying a alguém?

Quais são as consequências para o aluno que é alvo?

Anexo XIV- Questionário sobre o Projeto

Projeto Saber Compreender

1. Gostaste do projeto Saber Compreender?

Sim	Não	Indiferente

2. Consideras que foram abordados temas importantes? Porquê?

3. O que mais gostaste neste projeto?

4. O que alteravas neste projeto?


5. Qual o tema que mais gostaste de ver abordado?

6. Gostarias que este projeto tivesse continuidade com outros temas?

Anexo XV- Tweet sobre o Projeto



Anexo XVI- Mapa Tarefas



Centro de Apoio Familiar
Pinto de Carvalho

Tarefas Diárias

Centro de Acolhimento Temporário

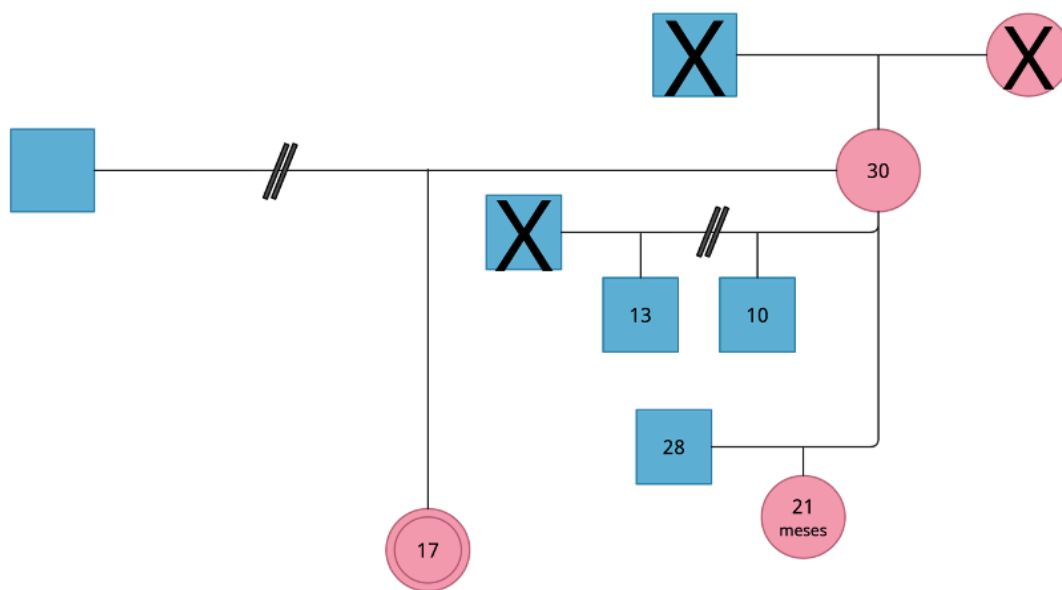
	Distribuição da roupa (ALA DIREITA)	Tratamento da roupa- Lavar e estender a roupa (ALA ESQUERDA)	PASSAR A FERRO/ ARRUMAR AS ROUPAS	LANCHE (por e levantar a mesa e varrer)	COZINHAR	JANTAR (Por e levantar a mesa)	LAVAR E SECAR A LOIÇA/LIMPAR A COZINHA	LIMPAR WC (ALA ESQUERDA)	LIMPAR CORREDORES	LIMPAR SALAS (sala de convívio e sala de refeição)
2ªFeira										
3ªFeira										
4ªFeira										
5ªFeira										
6ªFeira										
F.D.S	As tarefas de fim-de-semana são definidas semanalmente, de acordo com as jovens que se encontram em casa. Sábado: Limpeza geral da casa e dos quartos + Tratamento da roupa (Ala Esquerda)									

	LIMPEZA DO QUARTO
2ªFeira	
4ªFeira	



Anexo XVII- Genograma

Genograma Familiar: (NOME DA JOVEM)



Anexo XVIII- Halloween









Anexo XIX-Estendal dos Direitos



Anexo XX- Natal e Festa de Natal









Anexo XXI- Dia da Mulher





Anexo XXI- Spa Dia da Mulher





Anexo XXIII- Decoração Páscoa





Anexo XIV- Sacos decorativos da Páscoa





Anexo XXV- Coroa de Páscoa



Anexo XXVI- Decoração dos ovos da Páscoa







Anexo XXVII- Projeto Educação para a Saúde



Anexo XXVIII- IV Encontro Interinstitucional das Casas de Acolhimento



Caríssimos (as),

Convite

Temos o prazer de vos convidar para o IV Encontro Interinstitucional das Casas de Acolhimento do Distrito de Aveiro.

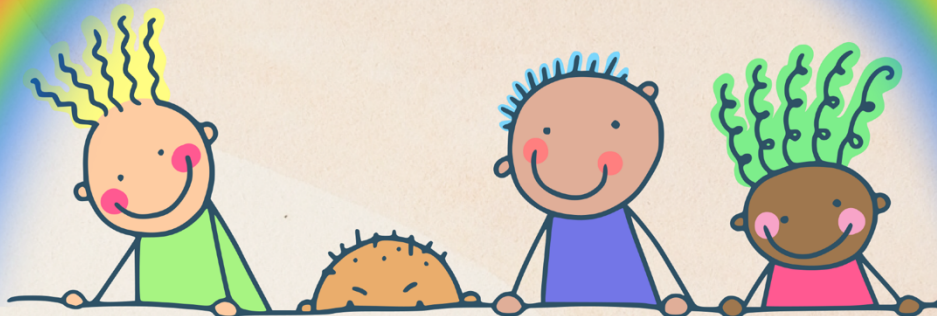
Gostaríamos de contar com a vossa estimada presença neste notável Evento, a realizar-se no dia 6 de julho pelas 9:30h no Parque da Cidade de Vale de Cambra.

Faça parte deste dia connosco!

A organização:



IV ENCONTRO INTERINSTITUCIONAL



Casas de Acolhimento

6 julho 2023

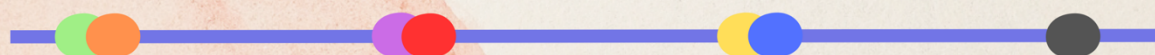
PROGRAMA

9:30H - ACOLHIMENTO

10:00H - SESSÃO DE ABERTURA

10:30H ÀS 15H - CRIAÇÃO DO MURAL DO ENCONTRO

10:30H - ACADEMIAS



DESPORTIVAS

- FUTEBOL
- BASKET

TERAPÊUTICAS

- YOGA
- QTA. PEDAGÓGICA

AUTOCUIDADO

- MAKE-UP
- FESTIVAL
- TRANÇAS
- FESTIVALEIRAS

KURTIÂNDIA

- PASSEIO DE BICICLETAS
- PING-PONG
- INSUFLÁVEL

13:00H - ALMOÇO

15:00H - EM GRUPO: ZUMBA

16:00H - LANCHE PARTILHADO

16:30H - SESSÃO DE ENCERRAMENTO

PORTO DE HONRA

PAJE

STAND
INFORMATIVO
AO
LONGO DO DIA



Ficha de Inscrição

6 julho 2023

Parque da Cidade
Vale de Cambra

Instituição
Cor da T-SHIRT que a representa
Nome do(s) adulto(s) responsável(eis) que irão acompanhar as crianças/jovens
Contacto do(s) adulto(s) responsável(eis)

Durante o Encontro irão ser realizadas 6 ATIVIDADES. Cada criança/jovem só se pode inscrever numa atividade, respeitando a idade mínima de acesso às mesmas.

ATIVIDADES	idade mínima de acesso	número total de inscrições
Basket	10 anos	
Futebol	10 anos	
Yoga	5 aos 12 anos	
Quinta Pedagógica	5 aos 10 anos	
Make-up Festival	Sem limite de idade	
Tranças festaleiras	Sem limite de idade	

Notas

1. Em permanência, para além das atividades, haverão momentos lúdicos e desportivos, em que as crianças/jovens poderão participar, sem inscrição prévia, sob a orientação rigorosa da instituição a que pertencem, nomeadamente passeio de bicicletas, zumba, ping-pong e criação de mural.
2. Destacamos a presença permanente do Stand da PAJE (Plataforma de Apoio a Jovens (Ex)Acolhidos, para esclarecimentos.

